



RELATÓRIO DE ESTUDO AMBIENTAL – REA

DATA:

17/10/2025

RELATÓRIO Nº:

2609/25

Empreendimento Arena Multiuso

Ref: Relatório de Estudo Ambiental – REA, baseado no Parecer Único nº 071/25 da 1ª Câmara de Análise Integrada para Licenciamento de Empreendimentos de Impacto - 1ª CLI e do Parecer Técnico nº 2608/25 da SMMA, nos termos do Decreto Municipal nº 17.266/20.

PROCESSO LO: 31.00639672/2025-40	OLEI: 202503452	CONSULTA DE VIABILIDADE: MGP2500556755	PROCESSO ANTERIOR (FASES LP E LI): 01-034545/18-02		
EMPREENDEDOR (Nome ou Razão Social): Arena Vencer Complexo Esportivo Multiuso SPE Ltda.			CPF/CNPJ: 25.090.380/0001-23		
RESPONSÁVEL LEGAL: Bruno Muzzi	CPF: 028.165.786-66	RESPONSÁVEL TÉCNICO(A): Laís Rosa Leite	REGISTRO PROFISSIONAL: CREA-MG: 167613/D		
EMPREENDIMENTO: Arena Multiuso		LICENÇA PRÉVIA: LP nº 0220/19	LICENÇA DE INSTALAÇÃO: LI nº 0814/19		
ENDEREÇO: Rua Christina Maria Assis, nº 202, Bairro Califórnia, Belo Horizonte - MG.			CEP: 30.855-440 REGIONAL: Noroeste		
ÍNDICE CADASTRAL (IPTU): 531.073A.001 .001-2	LOTE(S) CTM: 131166700550	ZONA FISCAL: 531	QUARTEIRÃO: 073A e 160	LOTE(S) CP: 001	PLANTA(S) CP: 252-073-M
ZONEAMENTO: (Lei 7166/96 e alterações - vinculado ao parcelamento e ocupação do solo) Zona de Adensamento Restrito 2 - ZAR-2 (62%) Zona de Proteção 1 - ZP-1 (28%) Zona de Grandes Equipamentos - ZE (10%) ADE de Interesse Ambiental, ADE Bacia da Pampulha					
ZONEAMENTO: (Lei 11.181/2019 - vinculado à atividade econômica) Preservação Ambiental 3 - PA-3 (54,83%) Preservação Ambiental 1 - PA-1 (32,35%) Área de Grandes Equipamentos Econômicos - AGEE (12,82%)					
LICENÇA REQUERIDA: Licença de Operação - LO	MODALIDADE: Licenciamento Ambiental Trifásico - LAT		CLASSE FINAL: 6	COMPETÊNCIA: Originária	
CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO:					
Dispositivos Legais Aplicados Lei Municipal nº 7.166/96 e alterações, DN COMAM 80/14 e DN COMAM 90/18 e alterações Lei Municipal nº 11.181/2019, DN COMAM nº 102/2020 e DN COPAM nº 217/20217 e alterações					
Objeto do Licenciamento Ambiental		Parâmetro de Enquadramento	Quantidade	Porte	
F-06-08-1 Estádios esportivos (CNAE 93.11-5-00)		Área Útil (m²)	179.487,00	Grande	
E-04-01-4 Loteamento do solo urbano		Área da Gleba (ha)	11,72	Não passível	
E-03-02-6 Canalização e/ou retificação de curso d'água		Extensão (m)	290	Pequeno	
Objeto do Licenciamento Urbanístico - Casa de shows e espetáculos (CNAE 90.03-5-00-02) = capacidade de público = 60.000 pessoas - Parcelamento vinculado (lote com área superior a 10.000 m² ou quarteirão com dimensão superior a 200 m) - Edificações com mais de 20.000 m² de área total edificada - Edificações com área de estacionamento maior que 10.000 m² ou com mais de 400 vagas					
Caracterização do Parcelamento e Ocupação					
Área Terreno 117.193,11 m²	Área Construída 179.486,44 m²	Área Utilizada 179.487,00 m²	Área Permeável 47.701,70 m²	Área Estacionamento 75.913,02 m²	Vagas 2358
Observação: Os valores supracitados são baseados nas informações prestadas pelo empreendedor durante o processo de licenciamento de empreendimento de impacto e podem sofrer adaptações decorrentes das análises específicas afetas aos procedimentos de licenças e autorizações necessárias para aprovação de projeto de edificação, para a execução das obras e/ou para o funcionamento da atividade.					



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI, e outros...

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.



RELATÓRIO DE ESTUDO AMBIENTAL – REA

DATA:

17/10/2025

RELATÓRIO Nº:

2609/25

Empreendimento Arena Multiuso

CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO (continuação):

Atividades Econômicas (Cód CNAE e Descrição)

93.11-5-00 - Gestão de instalações de esportes
47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos
52.23-1-00 - Estacionamento de veículos
56.11-2-05 - Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, com entretenimento
56.20-1-02 - Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê
64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras
68.10-2-02 - Aluguel de imóveis próprios
73.12-2-00 - Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação
74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários
79.90-2-00 - Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
90.01-9-99 - Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente
90.03-5-00 - Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas
91.02-3-01 - Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares
93.19-1-01 - Produção e promoção de eventos esportivos
93.29-8-99 - Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente

Descrição geral do empreendimento

Parcelamento do solo vinculado ao uso não residencial, para instalação de estádio esportivo e espaço multiuso desenvolvendo atividades, como: jogos de futebol, shows, centro de convenções, casa de festas, artes cênicas, espetáculos, museus, exposições, feiras e congêneres para uso de terceiros, serviços de alimentação, comércio varejista em geral, estacionamento e serviços de apoio. Inclui ainda, equipamentos de interesse social de saúde, educação e área de esplanada para prática de esportes e lazer aberta ao público em geral.

CONDICIONANTES PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Deverão ser atendidas todas as **Condicionantes**, suas respectivas **Notas** associadas e as **Diretrizes Obrigatórias para Funcionamento**, indicadas pelos órgãos responsáveis pela análise do empreendimento, discriminadas nos Anexos:

Anexo I: Quadro de Condicionantes da LO;
Anexo II: Quadro de Notas Orientativas para Cumprimento das Condicionantes da LO;
Anexo III: Quadro de Diretrizes Obrigatórias para Funcionamento;
Anexo IV: Orientações para Execução do Plano de Monitoramento e Controle Sonoro;
Anexo V: Orientações para a realização da Pesquisa de Percepção Socioambiental;
Anexo VI: Orientações para Elaboração do Programa de Comunicação Social – PCS.

CONCLUSÃO

O presente REA nº 2609/25 acompanha o Parecer Único CLI nº 071/25 e o Parecer Técnico SMMA nº 2608/25 e conclui favoravelmente à concessão do Certificado de Licença Ambiental – Modalidade LAT – Licença de Operação – LO, na vigência de 10 anos, para o empreendimento denominado **ARENA MULTIUSO**, devendo ser atendidas todas as Condicionantes, suas respectivas Notas associadas e as Diretrizes Obrigatórias para Funcionamento, relacionadas no referido Parecer Único e neste Relatório.

Considerando tratar-se de empreendimento de grande porte e grande potencial poluidor, este REA necessita de apreciação e deliberação do Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMAM, conforme inciso III do artigo 6º da Deliberação Normativa COMAM nº 102/20.

Belo Horizonte, 17 de outubro de 2025.

João Paulo Menna Barreto de Castro Ferreira – BM: 327.328-6
Secretário Municipal de Meio Ambiente

Pedro Ribeiro de Oliveira Franzoni Grossi – BM: 74.173-X
Subsecretário de Licenciamento e Controle Ambiental



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI, e outros...



ANEXO I - RELATÓRIO DE ESTUDO AMBIENTAL – REA				REA Nº 2609/25
ITEM	ÓRGÃO	DESCRIÇÃO	CONDICIONANTE	PRAZO
1	SMMA	Publicação	Apresentar publicação da concessão da licença ambiental em periódico regional ou local de grande circulação, nos termos do art. 31 da Deliberação Normativa COPAM nº 217/17. (Nota 1)	30 dias após concessão da LO
2	SMMA/ SUPLAN/ SMMUR	Auditoria	Contratar auditoria externa, a partir de lista triplíce de empresas a serem indicadas pela PBH, para avaliação dos custos totais da execução das obras do empreendimento, com identificação das demonstrações financeiras, planilhas de composição dos custos unitários das atividades das obras, cumprimento de obrigações legais e ambientais. (Nota 2)	60 dias após concessão da LO
3	SMMA	Resíduos sólidos	Elaborar e enviar, por meio do Sistema MTR-MG, a Declaração de Movimentação de Resíduos – DMR, na forma e prazos estabelecidos na Deliberação Normativa COPAM nº 232/2019. Encaminhar, junto da DMR, declaração do responsável técnico pela gestão dos resíduos no período, devidamente acompanhada de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, conforme previsto no art. 22 da Lei Federal nº 12.305/2010 e suas regulamentações. (Nota 3)	Semestralmente, em fevereiro e agosto, conforme prazo específico da DN COPAM
4	SMMA/ SUPLAN	Ruídos	Executar o Plano de Monitoramento e Controle Sonoro para os eventos musicais promovidos e apresentar relatórios semestrais de monitoramento, acompanhados dos laudos de medição sonora e ART. O detalhamento do escopo do Plano de Monitoramento e Controle Sonoro está contido no Anexo IV deste Parecer. (Nota 4)	Semestralmente, durante a vigência da LO
5	SMMA/ SUPLAN	Ruídos	Para a realização de eventos com emissão sonora na área da esplanada, o empreendedor deverá apresentar estudo de modelagem acústica computacional com simulação de cenário de evento, visando à avaliação dos impactos sonoros e à proposição de medidas mitigadoras, em conformidade com a Lei Municipal nº 9.505/08 e normas técnicas pertinentes. (Nota 5)	Para a liberação de eventos na esplanada
6	SMMA	Emissões atmosféricas	Apresentar relatório referente às atividades de manutenção e limpeza dos sistemas de exaustão das cozinhas do empreendimento. (Nota 6)	30 dias após concessão da LO e após, anualmente, em janeiro
7	SMMA	Efluentes líquidos	Apresentar contrato assinado junto ao Programa de Recebimento e Controle de Efluentes Não Domésticos - PRECEND da Copasa, acompanhado dos anexos das obrigações de contrato e plano de automonitoramento. (Nota 7)	60 dias após concessão da LO
8	SMMA	Efluentes líquidos	Apresentar documento emitido pela COPASA atestando que o empreendimento encontra-se regular junto ao PRECEND.	Bianualmente
9	SMMA/ SLU	Efluentes líquidos	Disponibilizar banheiros químicos no sistema viário do entorno do empreendimento a cada jogo/evento. (Nota 8)	Semestralmente, durante a vigência da LO
10	SMMA/ SUPLAN	Segurança	Apresentar renovação do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB. (Nota 9)	Até março de 2028 e até março de 2033.
11	SMMA	Segurança	Apresentar documento emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - CBMMG e/ou da Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG que ateste que as condições da infraestrutura e/ou equipamentos instalados estão satisfatórios para garantia da segurança, zelo e bem-estar da comunidade, usuários e torcedores. (Nota 10)	30 dias após a concessão da LO e após, anualmente
12	SMMA	Aproveitamento pluvial	Implantar os 545 m³ restantes do sistema de aproveitamento pluvial, conforme aprovado pelos Pareceres Técnicos nº 0107/22 e nº 2740/23 e Ofício nº 0205/22. (Nota 11)	180 dias após concessão da LO
13	SMMA	Aproveitamento pluvial	Apresentar relatório que ateste a manutenção adequada do sistema de captação e uso das águas pluviais em operação, conforme Orientação Técnica para Projeto de Uso de Águas Pluviais, disponível no endereço eletrônico https://smma.pbh.gov.br , aba Documentos para Download, aba Roteiros Técnicos.	Anualmente, durante vigência da LO



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI, e outros...

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.



ANEXO I - RELATÓRIO DE ESTUDO AMBIENTAL – REA				REA Nº 2609/25
ITEM	ÓRGÃO	DESCRIÇÃO	CONDICIONANTE	PRAZO
14	SMMA	Sistema de infiltração	Apresentar projeto de reservatórios permeáveis, de forma a compensar a área do campo de futebol, conforme determinação da Condicionante 03 da LP nº 0220/19. A efetividade do sistema de infiltração/filtração deverá ser demonstrada a partir de investigação prévia de permeabilidade, condutividade hidráulica, do gradiente hidráulico e variação do nível do lençol freático, contendo a definição das superfícies potenciométricas e as linhas equipotenciais. (Nota 12)	Para concessão da baixa de construção
15	SMMA	Sistema de infiltração	Implantar os reservatórios permeáveis, de forma a compensar a área do campo de futebol, conforme projeto aprovado. (Nota 13)	180 dias após aprovação do projeto
16	SMMA	Sistema de infiltração	Apresentar relatório que ateste a manutenção dos reservatórios permeáveis. (Nota 14)	Anualmente, após a implantação, durante 5 anos
17	SMMA/SUPLAN	Pesquisa de percepção	Realizar Pesquisa de Percepção Socioambiental com a vizinhança e demais públicos do empreendimento. (Nota 15)	120 dias após concessão da LO
18	SMMA/SUPLAN	Comunicação social	Apresentar proposta do Programa de Comunicação Social – PCS, para aprovação. (Nota 16)	90 dias após concessão da LO
19	SMMA/SUPLAN	Comunicação social	Implantar, integralmente, o PCS conforme aprovado, e apresentar relatórios periódicos de cumprimento das ações. (Nota 17)	Semestralmente, durante a LO
20	SMMA	Educação ambiental	Apresentar, para aprovação, adequação do Programa de Educação Ambiental – PEA, considerando as atividades pertinentes à fase de operação do empreendimento. (Nota 18)	90 dias após concessão da LO
21	SMMA	Educação ambiental	Implantar, integralmente, o PEA, conforme aprovado, e apresentar relatórios periódicos de cumprimento das ações. (Nota 19)	Semestralmente, durante a vigência da LO
22	SMMA	Ações de interesse social	Apresentar proposta de formação esportiva a ser ofertada para crianças e adolescentes da Área de Influência Direta - AID do empreendimento. (Nota 20)	120 dias após concessão da LO
23	SMMA	Ações de interesse social	Implantar ações de formação esportiva para crianças e adolescentes da AID do empreendimento e apresentar relatórios periódicos de cumprimento das ações. (Nota 21)	Semestralmente, durante a vigência da LO
24	SMMA	Abrangência da AID e AII	Apresentar novo estudo para a reconfiguração das Áreas de Influência Direta e Indireta do meio socioeconômico, considerando o alcance e a natureza dos impactos identificados no período de funcionamento provisório do empreendimento. (Nota 22)	120 dias após concessão da LO
25	SMMA	Movimentação da economia no entorno	Apresentar a atualização dos dados do monitoramento dos aspectos socioeconômicos da vizinhança afetada e as respectivas medidas de incentivo e potencialização do comércio, prestação de serviços e empreendimentos locais. (Nota 23)	90 dias após concessão da LO
26	SMMA	Equipamentos de interesse social	Comprovar a entrega dos equipamentos e materialidades necessárias ao funcionamento do Centro de Línguas, Linguagens, Inovação e Criatividade - CLIC e do Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF, em conformidade à listagem aprovada pela SMED e SMSA. (Nota 24)	Até 30 dias após a entrega
27	SMMA	Equipamentos de interesse social	Comprovar repasse financeiro à SMSA para reforma do Centro de Saúde Califórnia. (Nota 25)	90 dias após concessão da LO
28	SMMA	Paisagismo interno	Apresentar diagnóstico da situação atual do paisagismo interno, acompanhado do projeto "As Built" e apresentar projeto de irrigação das áreas permeáveis, com ART. (Nota 26)	60 dias após concessão da LO
29	SMMA/SUPLAN	Paisagismo interno	Apresentar relatórios anuais de evolução dos plantios no paisagismo interno, contemplando a manutenção das áreas permeáveis, incluindo irrigação, e as condições de sombreamento na esplanada. (Notas 27 e 28)	Anualmente, durante a vigência da LO
30	SMMA	RPE	Apresentar diagnóstico da situação atual e grau de desenvolvimento da vegetação da Reserva Particular Ecológica - RPE. (Notas 29 e 30)	60 dias após a concessão da LO
31	SMMA	RPE	Apresentar Plano de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD, acompanhado de ART do responsável técnico e cronograma de implantação. (Notas 31 e 32)	90 dias após a concessão da LO





ANEXO I - RELATÓRIO DE ESTUDO AMBIENTAL – REA				REA Nº 2609/25
ITEM	ÓRGÃO	DESCRIÇÃO	CONDICIONANTE	PRAZO
32	SMMA	RPE	Implantar PRAD, acompanhado de ART do responsável técnico pela execução. (Notas 27 e 31)	180 dias após aprovação do PRAD
33	SMMA	RPE	Monitorar a execução do PRAD e a evolução dos plantios na RPE, durante 5 anos e apresentar relatórios comprobatórios, anualmente. Acompanhar ART do responsável técnico. (Notas 27 e 31)	Anualmente, após execução do PRAD, durante 5 anos
34	SMMA	RPE	Apresentar comprovação da conclusão dos expedientes para instituição da RPE. (Nota 33)	180 dias após concessão da LO
35	SMMA	RPE	Apresentar autorização da SMMA para toda e qualquer intervenção na RPE, nos termos da Lei Municipal nº 6.314/1993. (Nota 34)	Durante a vigência da LO
36	SMMA	RPE	Apresentar estudos hidrogeológicos e ecológicos detalhados, considerando o surgimento de área brejosa junto ao tubo ARMCO na entrada da canalização do Córrego Tejuco na RPE. (Nota 35)	90 dias após a concessão da LO
37	SMMA	RPE	Comprovar a implantação e eventuais monitoramentos ambientais na RPE, referentes às medidas propostas nos estudos hidrogeológicos e ecológicos aprovados na Condicionante 36. (Nota 36)	Anualmente, durante a vigência da LO
38	SMMA	Arborização viária	Comprovar a execução da arborização viária em todo perímetro do empreendimento, nos termos e ressalvas indicados no Parecer Técnico nº 0956/20, exceto para a Rua Oswaldo Cardoso, cujas obras ainda não foram executadas. (Nota 37)	60 dias após concessão da LO
39	SMMA	Arborização viária	Comprovar a execução da arborização viária da Rua Oswaldo Cardoso, nos termos e ressalvas indicados no Parecer Técnico nº 0956/20. (Nota 37)	30 dias após conclusão da obra viária
40	SMMA	Arborização viária	Realizar o monitoramento da evolução dos plantios da arborização viária durante 5 anos e apresentar relatórios comprobatórios, anualmente. (Nota 27)	Anualmente, após a concessão da LO, durante 5 anos
41	SMMA	ELUP	Apresentar diagnóstico da situação atual e grau de desenvolvimento da vegetação do Espaço Livre de Uso Público - ELUP (Mata dos Morcegos). (Notas 30 e 38)	90 dias após concessão da LO
42	SMMA	ELUP	Comprovar o cercamento do perímetro do ELUP, de acordo com as especificações técnicas pertinentes. (Nota 39)	Até 02/01/2026
43	SMMA	ELUP	Apresentar versão atualizada e corrigida do projeto paisagístico e urbanístico do ELUP, em conformidade com o Parecer Técnico nº 0699/23, acompanhado de cronograma de implantação e de monitoramento. (Nota 40)	120 dias após concessão da LO
44	SMMA	ELUP	Comprovar a implantação do Parque Linear no ELUP, em conformidade com o projeto a ser aprovado pela SMMA. O empreendedor deve iniciar os plantios compensatórios no período chuvoso subsequente à conclusão das obras do Parque Linear. (Nota 41)	2 anos, após a concessão da LO
45	SMMA	ELUP	Realizar o monitoramento da evolução dos plantios no ELUP durante 5 anos e apresentar relatórios comprobatórios, anualmente. (Notas 27 e 31)	Anualmente, após execução dos plantios, durante 5 anos
46	SMMA	Gestão Parque no ELUP	Apresentar Termo de Compromisso firmado com a Fundação de Parques Municipais e Zobotânica para gerir e manter, durante prazo mínimo de 30 anos, renovável por outros iguais períodos, o conjunto de áreas formadas pelo ELUP e pelo parque linear (área verde já existente, lindeira à Rua José Cláudio Sanches). (Nota 41)	60 dias após concessão da LO
47	SMMA	Gestão Parque no ELUP	Comprovar a inclusão da atribuição gestão e manutenção do ELUP e do parque linear no estatuto ou documento formal similar que tratar do funcionamento do empreendimento. (Nota 41)	90 dias após concessão da LO
48	SMMA	Compensação DAIA - Mata Atlântica e outros	Apresentar documento do órgão ambiental estadual que comprove atendimento das medidas mitigadoras e compensatórias do Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental – DAIA nº 0037982-D, com exceção do item 3 (PTRF). (Nota 42)	90 dias após concessão da LO





ANEXO I - RELATÓRIO DE ESTUDO AMBIENTAL – REA				REA Nº 2609/25
ITEM	ÓRGÃO	DESCRIÇÃO	CONDICIONANTE	PRAZO
49	SMMA	Compensação DAIA - APP Mata dos Morcegos - fora ELUP	Comprovar a efetivação dos plantios em área de 0,40 ha (4.000 m²) na APP da nascente da Mata dos Morcegos no terreno do Mercantil (lindeiro ao ELUP), objeto parcial do PTRF, em atendimento à medida compensatória do item 3 do DAIA nº 0037982-D. (Nota 43)	Até o período chuvoso subsequente à conclusão das obras do Parque Linear
50	SMMA	Compensação DAIA - APP Mata dos Morcegos - fora ELUP	Apresentar documento do órgão ambiental estadual atestando o cumprimento parcial do PTRF, objeto da medida compensatória item 3 do DAIA nº 0037982-D, referente ao plantio em área de 0,40 ha (4.000 m²) na APP da nascente da Mata dos Morcegos no terreno do Mercantil (lindeiro ao ELUP).	180 dias após execução dos plantios
51	SMMA	Compensação DAIA - APP Mata dos Morcegos no ELUP e nascentes RPE	Submeter ao órgão ambiental estadual as comprovações da execução e monitoramento dos plantios em área de 0,61 ha (6.100 m²) na APP das nascentes localizadas no interior do terreno (RPE) e em área de 0,76 ha (7.600 m²) na APP do ELUP, de acordo com os apontamentos técnicos da SMMA após conclusão das análises dos diagnósticos das Condicionantes 30 e 41. O órgão ambiental estadual deverá ainda, emitir documento atestando o cumprimento do PTRF, em atendimento à medida compensatória do item 3 do DAIA nº 0037982-D. (Nota 44)	Durante a vigência da LO
52	SMMA	Supressão de árvores isoladas	Apresentar a comprovação final da execução de todos os plantios compensatórios por supressão das árvores isoladas dentro do empreendimento e para realização das obras viárias do entorno. (Notas 30 e 45)	2 anos, após a concessão da LO
53	SMMA	Manejo áreas protegidas	Apresentar Plano de Manejo com as medidas de prevenção, proteção e manutenção das áreas vegetadas na RPE e no ELUP, incluindo neste o proposta de irrigação dos plantios. (Notas 31 e 46)	180 dias após concessão da LO
54	SMMA	Manejo áreas protegidas	Implantar Plano de Manejo, conforme aprovado pela SMMA, e apresentar relatórios comprobatórios das ações realizadas no período e das ocorrências registradas. (Notas 31 e 46)	Anualmente, durante a vigência da LO
55	SMMA	Plantios em parques equivalentes aos assentos do estádio	Comprovar a execução e monitoramento dos 23 mil plantios restantes nos parques municipais em atendimento a condicionante 49 da LI nº 0814/25. (Nota 47)	Durante a vigência da LO, nos prazos indicados no Ofício nº 1123/21
56	SMMA	Plantios em parques equivalentes aos assentos do estádio	Comprovar a continuidade dos monitoramentos por 3 anos dos plantios de 23 mil mudas já realizados, conforme Ofício FPMZB nº 032/2025. (Notas 47 e 48)	Anualmente, durante 3 anos, após cada plantio
57	SMMUR	Projetos viários de mobilidade urbana	Implantar alargamento da Rua Oswaldo Cardoso, devendo ter largura final de 15,00 metros. (Nota 49)	120 dias após concessão da LO
58	SMMUR	Projetos viários de mobilidade urbana	Implantar trecho da via marginal da Av. Presidente Juscelino Kubitschek (4ª faixa), ligando a Rua Alice Neves à Rua Romualdo Cançado Netto, conforme projeto aprovado em 10/06/2021. (Nota 50)	180 dias após concessão da LO
59	SMMUR	Projetos viários de mobilidade urbana	Implantar projeto de requalificação da via de pedestres existente a partir da Rua Christina Maria de Assis até a Rua José Cláudio Sanches. (Nota 51)	180 dias após concessão da LO
60	SMMUR	Projetos viários de mobilidade urbana	Implantar alça de ligação do Anel Rodoviário na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, no sentido Rio de Janeiro - Contagem e adequação do ramo de ligação da Via Expressa no Anel, no sentido Belo Horizonte – Vitória, conforme projeto aprovado em 10/06/2021. (Nota 52)	180 dias após concessão da LO
61	SMMUR	Projetos viários de mobilidade urbana	Implantar readequação da conexão do ramo do Anel Rodoviário para acesso à Via Expressa em direção ao empreendimento e criação de uma nova ligação à via marginal da Arena, conforme projeto aprovado em 10/06/2021. (Nota 52)	180 dias após concessão da LO





ANEXO I - RELATÓRIO DE ESTUDO AMBIENTAL – REA				REA Nº 2609/25
ITEM	ÓRGÃO	DESCRIÇÃO	CONDICIONANTE	PRAZO
62	SMMUR	Projetos viários de mobilidade urbana	Implantar tratamento do pavimento e adequação da sinalização da Av. Governador Benedito Valadares e vias internas ao bairro Santa Maria, possibilitando melhorias nos acessos existentes ao Anel Rodoviário, conforme projeto aprovado em 10/06/2021. (Nota 53)	180 dias após concessão da LO
63	SMMUR	Projetos viários de mobilidade urbana	Implantar melhorias de infraestrutura, como drenagem e pavimento (revestimento, base e sub-base) nas vias utilizadas nas rotas de chegada e de saída do empreendimento, considerando que deve ser adequado para absorver o tráfego de ônibus e caminhões, conforme projeto aprovado em 10/06/2021. (Nota 53)	180 dias após concessão da LO
64	SMMUR	Projetos viários de mobilidade urbana	Concluir a implantação do projeto executivo de sinalização aprovado em 23/05/2023. (Nota 54)	180 dias após concessão da LO
65	SMMUR	Projetos viários de mobilidade urbana	Concluir a implantação do projeto de programação visual e de sinalização indicativa aprovado em 23/05/2023. (Nota 55)	180 dias após aprovação do projeto
66	SMMUR	Projetos viários de mobilidade urbana	Concluir a implantação do projeto executivo de acessibilidade para pedestres aprovado em 23/05/2023. (Nota 56)	180 dias após concessão da LO
67	SMMUR	Transporte Público	Comprovar a implantação e monitoramento das melhorias no transporte coletivo, conforme proposta aprovada em 23/05/2023. (Nota 57)	180 dias após concessão da LO
68	SMMUR	Transporte Público	Apresentar relatórios de monitoramento das melhorias no transporte coletivo implementadas. (Nota 58)	Semestralmente, durante a vigência da LO
69	SMMUR	Transporte Público	Comprovar, através de relatórios, que está sendo disponibilizado transporte gratuito para para pessoas com mobilidade reduzida e para pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, previamente cadastradas, para o deslocamento em dias de jogos e eventos, da Estação Eldorado até a Arena Multiuso e vice-versa, em quantidade suficiente para atendimento da demanda de passageiros. (Nota 59)	Semestralmente, durante a vigência da LO
70	SMMUR	Operação de trânsito	Implantar Documentos de Operação de Trânsito que deve ter como referência o "Plano Operacional Básico" aprovado pela BHTRANS em 23/05/2023. (Nota 60)	180 dias após concessão da LO
71	SMMUR	Operação de trânsito	Apresentar à área operacional da BHTRANS (Gerência de Apoio Operacional Noroeste Pampulha - GARNP) relatório mensal de monitoramento dos projetos operacionais de transporte e trânsito, constando todos os eventos que aconteceram no mês, indicando falhas, ajustes e melhorias, até o 5º dia útil do mês subsequente. (Nota 61)	Mensalmente, durante a vigência da LO
72	SUPLAN	Ações de interesse social	Comprovar, através do envio de relatórios, a implantação do Plano de Utilização do espaço denominado "Teatro" pela comunidade de entorno e órgãos públicos. (Nota 62)	Semestralmente, durante 2 anos e, após, anualmente, durante a vigência da LO
73	SUPLAN	Ações de interesse social	Comprovar, através do envio de relatórios, a implantação do Plano de Atividades Esportivas para a comunidade do entorno. (Nota 63)	Semestralmente, durante 2 anos e, após, anualmente, durante a vigência da LO
74	SUPLAN	Rota de pedestres: passarelas	Comprovar a implantação da passarela de pedestres do Bairro Santa Maria, conforme aprovado pela PBH, com vistas a garantir a travessia segura da Via Expressa pelos usuários do empreendimento. (Nota 64)	180 dias após concessão da LO
75	SUPLAN	Rota de pedestres: passarelas	Comprovar a implantação da passarela de pedestres próxima à Estação Eldorado, conforme aprovado pela PBH, com vistas a garantir a travessia segura da Via Expressa pelos usuários do empreendimento. (Nota 65)	180 dias após concessão da LO
76	SUPLAN	Rota de pedestres: tratamento das calçadas	Comprovar a implantação do tratamento das calçadas e infraestruturas que compõem as rotas de pedestres para acesso ao empreendimento, conforme aprovado pela PBH, de forma a garantir segurança e acessibilidade aos usuários durante a operação do empreendimento. (Nota 66)	180 dias após concessão da LO



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI, e outros...

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.



ANEXO I - RELATÓRIO DE ESTUDO AMBIENTAL – REA				REA Nº 2609/25
ITEM	ÓRGÃO	DESCRIÇÃO	CONDICIONANTE	PRAZO
77	SUPLAN	Espaços de permanência	Implantar a infraestrutura prevista para a Praça do Torcedor. (Nota 67)	180 dias após concessão da LO
78	SUPLAN/SMMUR	Impactos na mobilidade urbana	Apresentar relatório de avaliação das medidas de mobilidade executadas para verificar as condições de circulação de pessoas e veículos nas áreas de influência do empreendimento, no cenário crítico de jogo às 19h em dias úteis. (Nota 68)	180 dias após concessão da LO
79	SUPLAN/SMMUR	Segurança	Implantar as correções de segurança no viaduto da Rua João Batista Vieira ("Elevado da Massa"). (Nota 69)	até 02/01/2026
80	SUPLAN	Transporte coletivo	Apresentar Plano de Incentivo ao Uso do Transporte Coletivo para eventos e jogos de futebol. (Nota 70)	60 dias após concessão da LO
81	SUPLAN	Transporte coletivo	Implantar Plano de Incentivo ao Uso do Transporte Coletivo para eventos e jogos de futebol, conforme aprovado. (Nota 71)	Anualmente, durante a vigência da LO
82	SLU	Limpeza das vias públicas	Apresentar o Plano de Serviços de Limpeza, Coleta Seletiva e Destinação dos Resíduos da Área do Entorno, consolidado conforme ressalvas do Ofício SLU/DPNL/GERLI nº 002/2024, para aprovação da SLU.	30 dias após concessão da LO
83	SLU	Resíduos sólidos	Implantar PGRSE e PGRSS, conforme as atualizações, e obter aprovação da SLU do sistema de armazenamento. (Nota 72)	90 dias após concessão da LO
84	SLU	Resíduos sólidos	Apresentar matriz atualizada de gerenciamento de todos os resíduos produzidos pelo empreendimento, conforme modelo do PGRSE, acompanhado de um relatório de fotos de todos os abrigos que compõem o sistema de armazenamento de resíduos, inclusive constando os equipamentos aprovados dos Planos (PGRSS e PGRSE) e devidamente identificados.	Anualmente, em dezembro, durante a vigência da LO
85	SMOBI	Drenagem pluvial	Apresentar "As Built" do projeto de drenagem pluvial. (Nota 73)	30 dias após concessão da LO
86	SMOBI	Drenagem pluvial	Reapresentar relatório fotográfico (com registro da data, contemplando todas as estruturas de drenagem executadas) e comprovar o sistema completamente finalizado e o processo de operação. (Nota 74)	30 dias após concessão da LO
87	SMOBI	Drenagem pluvial	Solicitar vistoria para comprovação da implantação e funcionamento das estruturas de drenagem do empreendimento. (Nota 75)	45 dias após concessão da LO
88	SMOBI	Drenagem pluvial	Apresentar relatório de monitoramento do sistema de drenagem pluvial implantado, com as respectivas medidas de manutenção adotadas, durante 5 anos. Os relatórios deverão ser enviados após o período chuvoso (até abril de cada ano).	Anualmente, durante 5 anos
89	URBEL	Geração de empregos	Aprovar o Plano de Capacitação e Contratação de Mão de Obra - PCMO. (Nota 76)	90 dias após concessão da LO
90	URBEL	Geração de empregos	Apresentar relatórios semestrais de comprovação da implementação do PCMO. (Nota 77)	Semestralmente, durante a vigência da LO
91	URBEL	Geração de empregos	Apresentar relatório final, com avaliação da implementação do PCMO. (Nota 78)	No protocolo do último Relatório Semestral
92	SUREG	Regularidade do parcelamento	Obter o Termo de Recebimento Provisório do parcelamento do solo. (Nota 79)	Durante a vigência do Alvará de Urbanização
93	SUREG	Regularidade das edificações	Obter a Certidão de Baixa de Construção.	Durante a vigência do Alvará de Construção
94	SUREG	Programação de eventos	Apresentar o cronograma de jogos e eventos para compatibilização com outras atividades no entorno. Podendo a agenda ter alterações pontuais, mediante justificativa (alteração de datas de jogos, por exemplo). (Nota 80)	Semestralmente, em outubro e abril de cada ano



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI, e outros...

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.



ANEXO II - RELATÓRIO DE ESTUDO AMBIENTAL – REA

REA Nº 2609/25

ITEM	NOTAS ORIENTATIVAS PARA CUMPRIMENTO DAS CONDICIONANTES
1	A publicação deverá conter: nome do responsável legal; nome, endereço e CNPJ do empreendimento; número da licença, data de sua concessão e sua validade. Consultar modelo disponível em: https://smma.pbh.gov.br/sgcedocs/pdf/licenciamento/comercio/Mod_Publ_Conc_Licenca_com.pdf
2	Na composição dos custos totais do empreendimento devem ser considerados não só aqueles relacionados às obras realizadas dentro do lote, mas também todos aqueles que viabilizaram a Arena, tais como: a) Custo de aquisição do terreno da Arena; b) Custo da infraestrutura de interesse social; c) Custo das obras de parcelamento e aquisição do terreno do Espaço Livre de Uso Público - ELUP; d) Custo das desapropriações (valor real aplicado nos terrenos); e) Custo da execução do empreendimento em si. f) Dentre outros detalhamentos que se fizerem necessários para cumprimentos das obrigações legais e ambientais. Avaliar a composição dos custos da planilha apresentada para fins de definição do valor total das "contrapartidas" e quais dos custos, eventualmente, se aplicaria o limite de 5% estabelecido na Lei Municipal nº 11.785/24. Não se enquadram neste cálculo as medidas compensatórias, conforme §3º do art. 2º da Lei Municipal 11.785/24. Obs.: Esta condicionante somente se aplica na hipótese do COMAM deliberar pela aplicação da Lei Municipal nº 11.785/24.
3	A DMR deverá estar compatível com os registros (caracterização qualitativa e quantitativa) dos resíduos sólidos especificados no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais - PGRSE e no Plano de Gerenciamento de Resíduos de Saúde - PGRSS. Manter permanentemente a coleta seletiva durante as operações do empreendimento e fomentar a destinação correta dos resíduos pelos usuários com campanhas educativas e sinalização adequada das lixeiras.
4	A execução do plano deverá atender os mesmos critérios realizados no funcionamento provisório do empreendimento, especificado na nota 2 da Autorização Provisória de Funcionamento - APF nº 0241/23, ressalvadas, a priori, as adequações indicadas no Parecer Técnico nº 2459/25, quanto à dispensa de monitoramento sonoro simultâneo no entrono do estádio durante as partidas de futebol. Esta dispensa não se aplica aos demais eventos musicais, devendo ser mantida também a exigência de pesquisa de percepção ambiental, a qual deverá ocorrer no âmbito do licenciamento ambiental e respectiva condicionante. Ressalta-se que no decorrer do licenciamento, a dispensa do monitoramento sonoro simultâneo durante as partidas de futebol poderá ser revista, caso sejam constatadas reclamações de vizinhança sobre ruídos nessas ocasiões.
5	Uma vez que eventos externos ainda não são permitidos na esplanada, apenas na área interna do estádio, o resultado do estudo de modelagem acústica deverá atestar a capacidade do local de receber eventos sonoros sem impactar negativamente a vizinhança. A modelagem deverá simular um evento de show na esplanada, adotando como base a capacidade máxima de público prevista (10.000 pessoas) e o nível de pressão sonora máximo dos equipamentos de áudio a serem instalados. O estudo deverá conter, no mínimo, os seguintes critérios (normas ISO 9613 e correlatas): a) descrição das fontes e dados de entrada: potência sonora, topografia, obstáculos, edificações, dados meteorológicos, receptores sensíveis (residências, hospitais, escolas); b) localização e disposição das fontes sonoras (ex: posicionamento de palcos); c) mapas de curvas de ruído considerando diferentes configurações e potências sonoras previstas, com e sem barreiras acústicas; d) proposição de limites de nível de pressão sonora a serem monitorados à frente do palco (aprox. 30 m); e) comparativo de cenários com a legislação vigente e diretrizes municipais; f) ART de profissional legalmente habilitado. A SMMA poderá complementar ou confrontar os resultados com estudos próprios e sugerir novos limites. O resultado da simulação e avaliação da SMMA deverão ser submetidos à deliberação do COMAM.
6	Manter os sistemas de exaustão de todas as cozinhas (fixas ou temporárias, próprias ou terceirizadas) limpos e operacionais. Os relatórios deverão ser desenvolvidos semestralmente e apresentados os resultados consolidados anualmente, em janeiro. O relatório deve atender ao seguinte escopo de serviços e atividades: a) dados do responsável técnico ou prestador de serviços de engenharia; b) verificação por ambientes (por exemplo: cozinha do restaurante X e cozinha do restaurante Y); c) verificação das condições gerais das coifas (instalação, vedação, fixação, corrosão das superfícies e conexões); d) verificação dos elementos filtrantes e demais componentes quanto à impregnação com gordura (relatar as trocas de filtros e ilustrar com registros fotográficos que comprovem o antes e depois da troca); e) verificação do sistema hidráulico do mecanismo de lavagem de gases; f) verificação da estanqueidade das portas de inspeção, suas fixações e vedações; g) registro do nível de gordura acumulada internamente nos dutos de exaustão; h) registros fotográficos das ações de limpeza quando o nível de gordura estiver acima do aceitável, de acordo com a NBR 14.518. Considerando a operação provisória do empreendimento por período superior a 2 anos, apresentar o primeiro relatório de inspeção com 30 dias após a concessão da LO e os demais, anualmente, em janeiro.
7	As obrigações estabelecidas no contrato PRECEND deverão ser satisfatoriamente cumpridas durante a operação do empreendimento.



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI, e outros...

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.



ANEXO II - RELATÓRIO DE ESTUDO AMBIENTAL – REA

REA Nº 2609/25

ITEM	NOTAS ORIENTATIVAS PARA CUMPRIMENTO DAS CONDICIONANTES
8	<p>Deverá ser apresentada, semestralmente, documentação comprobatória de disponibilização dos banheiros químicos conforme as seguintes orientações:</p> <p>a) Inicialmente, os banheiros químicos deverão ser instalados em três pontos: Rua Christina Maria de Assis, entre os portões G e H da Arena e entre os estabelecimentos Faleiro e Central do Malte e na Rua Margarida Assis Fonseca, próximo ao nº 190.</p> <p>b) Serão admitidos, inicialmente, o número de 4 banheiros para cada ponto (2 femininos e 2 masculinos), para o público de até 29.000 pessoas e o número de 6 banheiros (3 femininos e 3 masculinos) para o público superior a 29.000 pessoas. Este quantitativo poderá ser revisado durante o licenciamento, a partir dos dados apurados no monitoramento.</p> <p>c) Os banheiros químicos deverão ser mantidos devidamente higienizados e com papel higiênico.</p> <p>d) Os banheiros químicos deverão estar instalados e operacionais com antecedência mínima de 4 horas antes do início dos eventos/jogos e ser recolhidos nos prazos previstos no Plano de Serviços de Limpeza, Coleta Seletiva e Destinação dos Resíduos na Área do Entorno aprovado.</p> <p>e) A necessidade de instalação, o número e posicionamento desses banheiros poderão ser alterados de acordo com o entendimento da SMMA, SLU e SMMUR, entre outras autoridades municipais.</p> <p>f) Caso haja eventos/jogos em dias consecutivos, os mesmos banheiros químicos poderão ser utilizados, desde que se faça a adequada higienização.</p> <p>g) Deverão ser observadas as regras previstas no Decreto Federal nº 5.296/04.</p> <p>h) O empreendedor deve estar ciente da contratação de empresas com responsabilidade ambiental pela destinação adequada dos efluentes líquidos dos banheiros químicos e manter guarda da documentação comprobatória para fins de fiscalização.</p>
9	<p>O AVCB apresentado para fins de renovação de LO tem validade até 20/03/2028. Ressaltamos que caso seu prazo de validade vença durante a vigência da LO, deverá ser apresentado o AVCB renovado.</p>
10	<p>Segundo o Parecer Técnico nº 2912/23, elaborado em resposta ao protocolo 31.00808486/2023-98, o laudo do PMMG foi aprovado com restrições, cujas desconformidades estão sendo atendidas pelo empreendimento. Foi informado que o laudo de 2024 deveria contemplar a aprovação sem restrições, porém, até o momento, o laudo de 2024 não consta nos registros do processo. Dessa forma, deve-se apresentar o laudo de 2025 em até 30 dias após a concessão da LO e após, anualmente.</p>
11	<p>A condicionante 15 da LI nº 0814/19 foi parcialmente atendida. O armazenamento restante de 545 m³ deverá atender as áreas permeáveis AP-01 + AP-02 + AP-04 + AP-05 + AP-06 + AP-07 + AP-08 + AP-09 + AP-10 + APL-01 + APL-02 + APL-03 do estádio para fins de irrigação, conforme informações complementares apresentada no licenciamento para concessão da LO, dentre os outros usos já previstos. A comprovação da implantação deverá acompanhar:</p> <p>a) Memorial descritivo, diagrama vertical (das redes que alimentam as caixas e das tubulações de saída do sistema até as torneiras).</p> <p>b) Indicação dos pontos de uso da água (torneiras) instalados a cada 20 metros lineares (no caso de irrigação).</p> <p>c) Identificação dos pontos de consumo com placas de advertência.</p> <p>d) Especificações das bombas implantadas, indicando as reservas em caso de não funcionamento.</p> <p>e) ART da execução do sistema.</p> <p>Se o empreendedor entender a necessidade de revisão do cálculo do escoamento primitivo para fins de redução do volume do sistema de aproveitamento de água pluvial pendente, de acordo com intenção demonstrada no licenciamento, caberá nova análise da SMMA e posterior aprovação da alteração desta condicionante pelo COMAM.</p> <p>Nesta hipótese, cabe o empreendedor retificar a memória de cálculo de áreas (valores atribuídos às sub-bacias no terreno) e os coeficientes de escoamento adotados para cada área. Assim, deve ser apresentado o detalhamento fotográfico e descritivo das seguintes áreas: talude vegetado, efetivamente empregado no cômputo da taxa de permeabilidade; talude não vegetado (contenções); áreas ajardinadas que sofreram impacto de compactação do solo; área do campo de futebol; Reserva Particular Ecológica - RPE; Unidade de Preservação - UP de alta declividade da RPE; e os locais impermeabilizados (cobertura, esplanada, acessos e outros). Conforme determinado na nota 3 da LP nº 0220/19, o coeficiente de escoamento (C) deverá ser de 0,95 nas seguintes áreas: campo de futebol; jardins sob projeção da cobertura do estádio e sobre laje; e deverá ser de 0,70 nas seguintes áreas: jardins sobre solo que sofreu impacto de compactação ou movimentação de terra seja por corte ou aterro. Esclarecer ainda as denominações de "área externa do campo" e "áreas verdes" indicadas nos mapeamentos das sub-bacias. Salienta-se que o mapeamento das sub-bacias deverá ser em planta atualizada do empreendimento coerente com o projeto arquitetônico legal aprovado, especialmente, em relação às áreas permeáveis. Na situação de contestação desta condicionante, deverá o empreendedor apresentar a revisão do cálculo de escoamento primitivo no prazo de 30 dias, após a concessão da LO.</p>



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI, e outros...

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.



ANEXO II - RELATÓRIO DE ESTUDO AMBIENTAL – REA

REA Nº 2609/25

ITEM	NOTAS ORIENTATIVAS PARA CUMPRIMENTO DAS CONDICIONANTES
12	<p>a) A área permeável do campo de futebol computada no projeto arquitetônico legal equivale a 9.394,65 m² (AP16).</p> <p>b) Os reservatórios devem ser dimensionados de forma a ter volume de infiltração proporcional à área aceita do gramado (9.394,65 m²) para fins de cumprimento da taxa de permeabilidade. Para tanto, o volume de 190 m³ proposto foi acatado pela SMMA.</p> <p>c) Poderão ser indicados locais em área pública, externos ao empreendimento, desde que, prioritariamente na mesma bacia hidrográfica.</p> <p>d) Caso seja opção a localização dos reservatórios em área interna ao empreendimento, promover a compatibilização do projeto de infiltração com os demais projetos: arquitetônico, estrutural, paisagístico, de drenagem, e outros (inclusive com ciência/aprovação dos órgãos afetos ao licenciamento, se for o caso). Apresentar ainda, laudos técnicos revisados que atestem a viabilidade do sistema de infiltração com os elementos estruturais, acompanhado de ART.</p> <p>e) Em ambas situações de localização dos reservatórios, a reconexão hidráulica proposta não poderá prejudicar construções vizinhas, e não deverá ter capacidade volumétrica para alterar expressivamente o nível do lençol freático na região escolhida.</p> <p>f) O projeto dos reservatórios deve garantir o coeficiente de condutividade hidráulica do solo entre 10-6 m/s (ou 10-4 cm/s) e 10-3m/s (ou 10-1cm/s); tomar precauções para evitar que poluentes e finos atravessem as camadas mais profundas do subsolo; e ser acompanhado da seguinte documentação:</p> <ul style="list-style-type: none">- Boletins de sondagem com os pontos localizados próximos às estruturas de infiltração, com a indicação do N.A (ensaio realizado no final do período chuvoso – entre janeiro à abril), que contemple os termos da ABNT:NBR – 8036:1983 – “Programação de sondagem de simples reconhecimento dos solos destinada à elaboração de projetos geotécnicos para construção de edifícios e procedimentos” com indicação do número, localização e a profundidade das sondagens.- Modelo geológico-geotécnico com indicação do N.A, em perfil longitudinal, para o perímetro do terreno com mapa hidrogeológico de fluxo de água subterrânea plotado junto com o projeto inicial de corte e aterro do empreendimento com análise conclusiva sobre a viabilidade.- Detalhamento da configuração dos reservatórios de infiltração (revestimento interno, altura, preenchimento, entre outros aspectos).- ART do responsável técnico pelo projeto. <p>Observação: Caso ocorra a revisão do cálculo do escoamento primitivo indicado na Nota 11, a proposta de reservatórios permeáveis deverá incluir também as áreas dos taludes de declividade acima de 30%, efetivamente empregados para cômputo da taxa de permeabilidade.</p>
13	<p>Apresentar registro fotográfico e memorial descritivo de implantação do sistema, acompanhado de ART do responsável técnico pela execução.</p>
14	<p>O relatório deverá incluir registro fotográfico e memorial descritivo da atual operação do sistema, assim como eventuais reparos realizados nos reservatórios no período. Acompanhar ART do responsável técnico pela execução e/ou monitoramento do sistema.</p>
15	<p>a) A pesquisa deverá ser realizada de acordo com as orientações do Anexo V.</p> <p>b) As medidas e ações de mitigação e monitoramento poderão ser redirecionadas de acordo com os resultados da Pesquisa de Percepção Socioambiental realizada, após análise e recomendação da SMMA, dos órgãos envolvidos no licenciamento ambiental e respectiva análise e aprovação do COMAM.</p> <p>c) Uma nova pesquisa de percepção poderá ser solicitada durante a vigência da LO, de acordo com análise da SMMA, em conjunto com demais órgãos.</p>
16	<p>a) A proposta deverá ser elaborada de acordo com o Anexo VI.</p> <p>b) As ações de comunicação que já vem sendo desenvolvidas pelo empreendimento deverão ser mantidas a partir da emissão da LO, antes mesmo da aprovação do PCS, principalmente aquelas relativas: ao atendimento nos canais de comunicação; a divulgação da agenda de jogos/eventos e respectivas alterações no trânsito e dinâmica do entorno; e ao relacionamento contínuo com a comunidade do entorno. Os devidos ajustes referentes a estas ações, serão realizados, se necessário, a partir das orientações da equipe técnica da SMMA/SUPLAN para a aprovação integral do programa. A comprovação dessas ações deverá ser encaminhada juntamente com a proposta do programa.</p> <p>c) As questões pertinentes à comunicação e relacionamento com a comunidade que surgirem na pesquisa de percepção socioambiental deverão ser incorporadas ao programa ao longo do tempo.</p>



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI, e outros...

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.



ANEXO II - RELATÓRIO DE ESTUDO AMBIENTAL – REA

REA Nº 2609/25

ITEM	NOTAS ORIENTATIVAS PARA CUMPRIMENTO DAS CONDICIONANTES
17	<p>Os relatórios deverão ser encaminhados, semestralmente, contendo, pelo menos:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Descrição e análise das ações desenvolvidas no período.b) Cópia de todos os materiais de campanhas educativas e informativos utilizados.c) Cópia de materiais de divulgação/convite das reuniões com a comunidade.d) Cópia de atas das reuniões.e) Cópia das listas de presença.f) Cópia de material de apresentação/conteúdo utilizado nas reuniões com a comunidade e com os trabalhadores do empreendimento.g) Registro de reclamações/sugestões e esclarecimentos de dúvidas, recebidos pelos canais de comunicação, com informações sobre seu devido retorno e tratativas realizadas no período, acompanhadas de avaliação. O relatório de registro de reclamação/sugestão deverá conter a identificação do reclamante, assim como uma forma de contato.h) Registro fotográfico das ações, sempre que possível.
18	<p>O Programa de Educação Ambiental – PEA executado na fase da LI deverá ser revisado, considerando as características e a natureza das ações da fase de operação do empreendimento e as avaliações e proposições de melhorias do programa, feitas pelo público alvo e pela comunidade durante sua execução. Recomenda-se, ainda, que sejam incorporados à proposta, os itens, a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Público alvo: o programa deverá ser voltado para usuários, visitantes, funcionários e comunidade, além de estudantes de escolas públicas e grupos de convivência atendidos por equipamentos públicos, prioritariamente, da área de abrangência do empreendimento.b) Promoção de ações educativas que articulem esporte/lazer, consciência ambiental e cidadania.c) Ações de conscientização e preservação das áreas verdes da região, especialmente, do entorno do empreendimento: RPE e Mata dos Morcegos.d) Realização de campanhas educativas sobre o descarte adequado de resíduos sólidos.e) Incentivo, oferta e promoção de visitas guiadas para estudantes de escolas públicas, grupos de convivência atendidos por Centro de Saúde, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro Cultural (dentre outros equipamentos públicos), de preferência da área de abrangência do empreendimento, mas não apenas, para a realização de ações que contemplem esporte/lazer, consciência ambiental e cidadania, a partir dos princípios:<ul style="list-style-type: none">- As visitas e atividades para este público deverão ser ofertadas e promovidas de forma gratuita aos espaços da Arena Multiuso.- O programa deverá prever formas de divulgação e contato junto às escolas para incentivo, agendamento e promoção das visitas.- As visitas deverão contar com atividades educativas, lúdicas e atrativas, podendo ser planejadas atividades que envolvam, por exemplo, a construção da Arena e sua importância para a cidade, medidas de sustentabilidade implementadas, tour pelo espaço, a importância da preservação da RPE e Mata dos Morcegos, atividades lúdicas/recreativas, oficinas com temática ambiental etc.- Apresentação de uma proposta de roteiro e calendário para as visitas, especificando os dias que serão disponibilizados, horários, tempo de visita etc. Informar qual será o número mínimo de visitas gratuitas que serão disponibilizadas por mês.- As visitas deverão ser realizadas por equipe habilitada e treinada.f) Previsão de busca de parcerias para proposição e realização de ações conjuntas com instituições de caráter educativo e ambiental presentes no território.g) As ações de educação ambiental poderão dialogar com as atividades promovidas na Esplanada, previstas no “Plano de Utilização do espaço denominado “Teatro” pela comunidade do entorno e órgãos públicos” e “Plano de Atividades Esportivas para a comunidade do entorno”.h) As ações do Programa de Educação Ambiental – PEA podem e devem dialogar com as ações do Programa de Comunicação Social – PCS e demais programas e medidas de monitoramento e mitigação de impactos.i) Apresentação do cronograma anual das ações. <p>As ações de educação ambiental que, por ventura, já vem sendo desenvolvidas, deverão ser mantidas a partir da emissão da LO, antes mesmo da aprovação integral do PEA. Os devidos ajustes referentes a estas ações, serão realizados, se necessário, a partir das orientações da equipe técnica da SMMA para a aprovação integral do programa. A comprovação dessas ações deverá ser encaminhada juntamente com a proposta do programa. As questões pertinentes à educação ambiental que surgirem na pesquisa de percepção socioambiental deverão ser incorporadas ao programa ao longo do tempo.</p>
19	<p>Os relatórios deverão ser encaminhados, semestralmente contendo, pelo menos:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Descrição e análise das ações desenvolvidas no período.b) Cópia de todos os materiais de campanhas educativas e informativos utilizados.c) Cópia de materiais de divulgação/convite de reuniões/oficinas/encontros etc.d) Cópia de atas das reuniões/encontros.e) Cópia das listas de presença.f) Cópia de materiais de apresentação/conteúdo utilizados em reuniões/oficinas/encontros etc. pela equipe executora.g) Registro fotográfico das ações, sempre que possível.



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI, e outros...

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.



ANEXO II - RELATÓRIO DE ESTUDO AMBIENTAL – REA

REA Nº 2609/25

ITEM	NOTAS ORIENTATIVAS PARA CUMPRIMENTO DAS CONDICIONANTES
20	<p>A formação esportiva (oficinas esportivas) deverá ser ofertada, prioritariamente, para crianças e adolescentes dos bairros da Área de Influência Direta – AID do empreendimento, mas poderá ser ampliada, caso haja capacidade de absorção de outros públicos. Deverá ser ofertada, preferencialmente, na modalidade futebol, mas não é necessário se restringir a esta. Para isso, solicita-se, pelo menos:</p> <p>a) Especificação de local, número de participantes e como será a organização durante o ano. b) Proposta de calendário para as atividades, especificando dias, horários, tempo de duração, etc. c) Disponibilização de uniformes para os(as) participantes, de forma gratuita. d) As ações deverão ser realizadas por profissional habilitado e treinado.</p>
21	<p>O relatório comprobatório das ações desenvolvidas deverá conter, pelo menos:</p> <p>a) Cópia de materiais de divulgação. b) Cópia de listas de presença, caso sejam utilizadas. c) Registro fotográfico das ações, quando possível. d) Sistematização e análise das ações desenvolvidas no período.</p>
22	<p>a) Tendo em vista a insuficiência do estudo apresentado em resposta ao item 18 do Parecer de Pendência nº CLI 065/2025, deverá ser realizado e apresentado novo estudo tecnicamente fundamentado e mais aprofundado acerca do alcance geográfico dos impactos do "funcionamento provisório"/operação do empreendimento, considerando principalmente trânsito e mobilidade, dentre outros aspectos. b) Caso o novo estudo aponte para a necessidade de reconfiguração das áreas, as mesmas deverão ser atualizadas de acordo com a análise técnica da SMMA e demais órgãos. Do mesmo modo, a área de abrangência dos planos, medidas e ações para o meio socioeconômico deverá ser atualizada de acordo com a respectiva redefinição das áreas de influência do empreendimento.</p>
23	<p>Tendo em vista o tempo decorrido do último relatório consolidado em julho de 2022 do "Programa de Monitoramento e Acompanhamento dos Aspectos Socioeconômicos das Comunidades" (item 01 da Condicionante nº 5 da LI nº 0814/19), é importante que os dados sejam atualizados e comparados para aprimorar a leitura da dinâmica socioeconômica da Área de Influência Direta - AID, com especial atenção ao contexto do entorno imediato ao empreendimento.</p>
24	<p>A comprovação deverá ser feita mediante a entrega de chaves das salas, entrega de mobiliários, equipamentos e materiais, conforme condicionante 45 da LI nº 0814/19.</p>
25	<p>Trata-se de parte da condicionante 44 da LI nº 0814/19 ainda não atendida. O repasse financeiro deverá ser feito de acordo com alteração da nota 18 da Condicionante nº 44 da LI nº 0814/19, aprovada pelo COMAM, devidamente reajustado conforme o Índice Nacional de Custo de Construção - INCC-DI, nos termos do Ofício COMAM/EXTER nº 2169/23.</p>
26	<p>Não foram encontradas evidências de aprovação do projeto paisagístico interno do empreendimento. É necessário resgatar se a proposta de adequações foi promovida, em atendimento a condicionante 2 da LI nº 0814/25. Desejável que o projeto "As Built" identifique a setorização das seguintes porções de áreas permeáveis: em taludes, sobre laje, sob laje e os demais jardins. Esclarecer os locais com condições favoráveis para espécies de maior sombreamento, especialmente próximo à esplanada.</p>
27	<p>A comprovação da implantação e do monitoramento dos plantios realizados no paisagismo interno, na arborização viária do entorno do estádio, na Reserva Particular Ecológica – RPE e no ELUP deverá ser apresentada por meio de relatório fotográfico e memorial descritivo. Destaca-se a importância da identificação precisa dos serviços executados e das especificações técnicas referentes às atividades de implantação e manutenção realizadas nas áreas de paisagismo, arborização viária, reflorestamento e enriquecimento arbóreo, considerando que os procedimentos adotados são distintos para cada tipologia de serviço. O relatório de monitoramento deverá ser consolidado após um ano de plantio, contendo registros fotográficos e informações referentes aos indicadores de eficiência do desenvolvimento das mudas, tais como altura, CAP, estado fitossanitário, entre outros parâmetros pertinentes. Os registros deverão ser coletados trimestralmente, e o relatório anual deverá contemplar o resultado de quatro campanhas de monitoramento, conforme item 8 e o modelo de planilha disponibilizado no Anexo I do documento "Termo de Referência para Elaboração de Projeto Técnico de Reconstituição da Flora – PTRF e Plano de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas – PRADA", disponível no portal https://smma.pbh.gov.br, aba Documentos para Download, aba Roteiros Técnicos. Em caso de mortalidade de mudas, deverá ser realizada a substituição imediata e o fato devidamente registrado no relatório de monitoramento. O documento deverá ainda detalhar os mecanismos de irrigação empregados nos plantios. Para o paisagismo interno, deverão ser apresentadas evidências das condições das áreas ajardinadas. No caso de áreas abrangidas pelo Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD, o relatório deverá também demonstrar as ações corretivas de controle de focos erosivos implementadas durante o período de monitoramento, quando aplicável.</p>



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI, e outros...



ANEXO II - RELATÓRIO DE ESTUDO AMBIENTAL – REA

REA Nº 2609/25

ITEM	NOTAS ORIENTATIVAS PARA CUMPRIMENTO DAS CONDICIONANTES
28	<p>A esplanada do empreendimento foi aprovada considerando a instalação de mobiliários e canteiros com árvores para prover sombreamento. Durante a vigência da LI observou-se que os indivíduos arbóreos implementados na esplanada ainda não haviam se desenvolvido de maneira satisfatória para se atingir tal objetivo. Dessa forma, deverá ser incorporado ao relatório de monitoramento do paisagismo interno, as questões afetas ao sombreamento na esplanada, a saber:</p> <p>a) Acompanhamento do desenvolvimento dos indivíduos arbóreos plantados na esplanada: documento detalhando o desenvolvimento, saúde e porte (altura/diâmetro da copa) das árvores plantadas na esplanada, avaliando sua capacidade de gerar sombreamento. Incluir registros fotográficos e/ou mapas de sombreamento que demonstrem a eficácia das medidas adotadas. Acompanhar ART.</p> <p>b) Adoção de medidas corretivas: caso o relatório aponte que o desenvolvimento das espécies é insuficiente ou inviável para atingir o objetivo de sombreamento adequado em um prazo razoável, soluções alternativas deverão ser propostas e implementadas em até 90 dias. Tais soluções podem incluir, mas não se limitar a:</p> <ul style="list-style-type: none">- substituição ou complementação das espécies arbóreas por outras de crescimento mais rápido ou mais adequadas ao local;- instalação de estruturas artificiais de sombreamento (ex: pergolados, toldos, brises) capazes de garantir o conforto térmico na área.
29	<p>Há dois tipos de compensação de plantios na RPE:</p> <p>I) Compensação por parte da intervenção em Área de Preservação Permanente - APP de curso d'água, oriunda da canalização do Córrego Tejuco, área de 0,61 ha (6.100,00 m²) do Projeto Técnico de Reconstituição da Flora - PTRF;</p> <p>II) Compensação da ausência de vegetação na área permeável do campo de futebol (8.758,43 m²) - Projeto Técnico de Enriquecimento Arbóreo - PTEA. Ressalta-se que a área atual do campo de futebol equivale a 9.394,65 m² (AP16). Desta forma, considerando que até o momento nenhum plantio foi realizado na RPE, que os últimos levantamentos datam de 2018 e as observações da vistoria realizada pela SMMA no dia 03/09/2025, apresentar diagnóstico atual da RPE com, no mínimo, as seguintes informações:</p> <p>a) Mapa georreferenciado da RPE com setorização das áreas de plantios compensatórios: APP e enriquecimento arbóreo (enviar arquivos nos formatos pdf; shp; kml);</p> <p>b) Memorial descritivo e relatório fotográfico da situação atual da flora da RPE, considerando os locais de evolução da recomposição natural, bem como os locais desprovidos de vegetação arbórea;</p> <p>c) Identificação dos pontos viáveis de plantios na RPE, devidamente mapeados.</p> <p>d) ART do responsável técnico pelo diagnóstico (engenheiro agrônomo, florestal ou biólogo).</p> <p>Caso seja constatada inviabilidade técnica de área disponível para plantios na RPE, o empreendedor deverá indicar outros locais públicos na mesma bacia hidrográfica para aprovação da SMMA. Salienta-se que para a área objeto do PTRF, necessariamente, a compensação deverá ocorrer em APP.</p>
30	<p>Diante da necessidade de melhor caracterização das áreas destinadas ao reflorestamento e ao enriquecimento arbóreo, dentro e fora das APPs, quanto aos aspectos biofísico e locacional, os diagnósticos indicados nas Condicionantes 30 e 41 permitirão compreender a real viabilidade de plantios e seu adensamento nos diferentes polígonos previstos nos estudos de 2018. Salienta-se que os quantitativos de mudas a serem plantadas em atendimento ao PTEA e ao PTRF, devem estar em conformidade com a área disponível, levando em conta a área mínima correspondente ao campo de futebol (9.394,65 m²) e às intervenções em APP (1,77 ha). Eventualmente, tal quantitativo poderá ser alterado, a depender das áreas elegíveis para execução dos plantios, porém, esse quantitativo não deverá ser inferior a 1.562 mudas, determinadas para o PTEA na nota 02 da LI nº 0814/2019. Casos os diagnósticos apontem deficiência de áreas nos fragmentos, recomenda-se a verificação do adensamento do reflorestamento, utilizando, por exemplo, espaçamento de 2x2 metros entre as mudas. Se mesmo assim, não forem identificadas áreas aptas, o excedente de mudas deverá ser direcionado à avaliação da SMMA para orientações cabíveis em locais públicos, preferencialmente, na mesma bacia hidrográfica. Devem ser apresentadas listas distintas de espécies para as áreas de reflorestamento (compensação por supressão, PTRF e enriquecimento arbóreo), contendo as seguintes colunas: família botânica, nome popular, nome científico, heliófita/esciófita, higrófito/xerófito, síndrome de dispersão e quantidade de mudas por espécie.</p>
31	<p>A elaboração, implantação e monitoramento do PRAD, PTRF, PTEA e, no que couber, o Plano de Manejo das áreas vegetadas deverão seguir as orientações do documento "Termo de Referência para Elaboração de Projeto Técnico de Reconstituição da Flora – PTRF e Plano de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas – PRADA", disponível em https://smma.pbh.gov.br, aba Documentos para Download, aba Roteiros Técnicos.</p>
32	<p>O PRAD foi resultado do Programa de Medidas de Controle de Processos Erosivos e Assoreamento do Plano de Controle Ambiental - PCA, incluído no escopo da condicionante 11 da LI nº 0814/19, sendo indicado a partir do relatório de monitoramento do 3º trimestre de obras (protocolo SGCE 07999/20). Os pareceres técnicos de monitoramento da condicionante 11 da LI nº 0814/19 vinham desde 2020 alertando sobre a execução do PRAD na RPE que foi protelado durante todo o licenciamento. Assim, o escopo do PRAD deverá abranger as medidas definitivas de controle dos focos erosivos na RPE e a consolidação dos locais viáveis para plantios (referentes ao PTRF e PTEA), de acordo com o resultado do diagnóstico da Condicionante 30. Além disso, o PRAD deverá ser compatibilizado com as obras de implantação do sistema viário da Rua Oswaldo Cardoso, devendo ser priorizado elementos de contenções estruturais que minimizem os impactos nos atributos ambientais da RPE.</p>



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI, e outros...

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.



ANEXO II - RELATÓRIO DE ESTUDO AMBIENTAL – REA

REA Nº 2609/25

ITEM	NOTAS ORIENTATIVAS PARA CUMPRIMENTO DAS CONDICIONANTES
33	A instituição da RPE, nos termos da Lei Municipal nº 6.314/1993, foi aprovada em reunião ordinária do COMAM do dia 24/09/2025. A conclusão dos expedientes incluem a assinatura do Termo de Compromisso e publicação do Decreto Municipal.
34	A RPE tem caráter perpétuo, portanto, esta condicionante deve ser estabelecida enquanto vigorar a operação do empreendimento, incluindo suas renovações posteriores.
35	Foi reiterada em diversos pareceres técnicos de atendimento da Condicionante nº 11 da LI nº 0814/19 a necessidade de avaliação técnica referente à ausência de faixa de amortecimento entre a área brejosa na RPE e a edificação. Assim, os estudos deverão contemplar, no mínimo: a) Implicações hidrogeológicas do terreno decorrentes da canalização do Córrego Tejuco e das escavações expressivas para remoção de solos de baixa resistência ("solo saturado"); b) Diagnóstico ecológico atualizado, com dados primários da flora e fauna (avifauna, ictiofauna, mastofauna, entomofauna e herpetofauna) da RPE, com ênfase em espécies dependentes de ambientes aquáticos da área brejosa (ictiofauna e herpetofauna); c) Comparação dos levantamentos realizados em 2018 para o EIA com a nova área brejosa formada, considerando aspectos hidrogeológicos, posição de afloramento das nascentes, flora e fauna à época; d) Avaliação da interação ecológica da flora e fauna de toda a RPE e da nova área brejosa formada; e) Soluções e proposição de medidas mitigadoras e corretivas, voltadas à conservação da fauna e à estabilidade hidrogeológica da área; f) O diagnóstico da fauna deverá ser realizado por biólogo especialista em cada grupo faunístico com a devida ART; g) Os estudos hidrogeológicos deverão ser realizados por geólogos com a devida ART.
36	Os dados obtidos nos estudos hidrogeológicos e ecológicos detalhados na Condicionante 36, poderão resultar em novas condicionantes de monitoramento ambiental na RPE.
37	a) Apresentar relatório fotográfico evidenciando as condições atuais das mudas plantadas no sistema viário do entorno, e do futuro plantio na Rua Oswaldo Cardoso, conforme critérios da DN COMAM nº 69/10; b) Comprovar a substituição de 26 Bahuinia forficata - "pata de vaca", por 13 Stryphnodendron pulcherrimum - "falso barbatimão" e 13 Magnólia champaca - "magnólia", conforme ressalva apontada no Parecer Técnico nº 0956/20; c) Apresentar memorial descritivo com a programação de manutenção dos plantios e irrigação.
38	Há 3 tipos de compensação de plantios no ELUP: I) Compensação por parte da intervenção em APP do curso d'água oriunda da canalização do Córrego Tejuco, área de 0,76 ha (7.600,00 m²) do PTRF; II) Compensação da ausência de vegetação na área permeável do campo de futebol (616,57 m²) - PTEA. III) Compensação por supressão de árvores isoladas dentro do empreendimento e para obras viárias do entorno. Desta forma, considerando que até o momento nenhum plantio foi realizado no ELUP, que os últimos levantamentos datam de 2018 e as observações da vistoria realizada pela SMMA no dia 03/09/2025, apresentar diagnóstico atual do ELUP com, no mínimo, as seguintes informações: a) Mapa georreferenciado do ELUP com setorização das áreas de plantios compensatórios: intervenção em APP, enriquecimento arbóreo - PTEA e supressão de árvores isoladas (enviar arquivos nos formatos pdf; shp; kml); b) Memorial descritivo e relatório fotográfico da situação atual da flora do ELUP, considerando os locais de evolução da recomposição natural, bem como os locais desprovidos de vegetação arbórea; c) Identificação dos pontos viáveis de plantios no ELUP, devidamente mapeados, desconsiderando às porções do terreno destinadas às benfeitorias e equipamentos de lazer necessários à implantação do Parque Linear; d) ART do responsável técnico pelo diagnóstico (engenheiro agrônomo, florestal ou biólogo).
39	O cercamento imediato do ELUP é necessário para se evitar vandalismos, pastagem de animais, descarte clandestino de lixo e entulhos e para preservação dos atributos ambientais da Mata dos Morcegos e sua proteção contra invasões. Para o cercamento deverá ser verificada a última documentação apresentada no protocolo Sigesp 55-008.386/23-13, de 20/01/2023, contendo o projeto paisagístico e urbanístico do ELUP - Parque Linear lindeiro à Rua José Cláudio Sanches, e os apontamentos do Parecer Técnico nº 0699/23. A solução adotada deverá assegurar permeabilidade para a circulação da fauna silvestre de pequeno porte, atendendo às diretrizes ambientais aplicáveis.
40	A última documentação apresentada no protocolo Sigesp 55-008.386/23-13, de 20/01/2023, contendo o projeto paisagístico e urbanístico do ELUP - Parque Linear lindeiro à Rua José Cláudio Sanches, deverá ser atualizada e consolidada com as modificações solicitadas no Parecer Técnico nº 0699/23, bem como com o diagnóstico realizado na Condicionante 41.



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI, e outros...



ANEXO II - RELATÓRIO DE ESTUDO AMBIENTAL – REA

REA Nº 2609/25

ITEM	NOTAS ORIENTATIVAS PARA CUMPRIMENTO DAS CONDICIONANTES
41	<p>As medidas compensatórias 01 a 05 da LP nº 0591/19, bem como as condicionantes 8 e 46 da LI nº 0814/19, NÃO foram atendidas. O Parque Linear no ELUP foi indicado como medida compensatória desde a licença prévia, devidamente amparada nos princípios da pertinência, previsibilidade e proporcionalidade, de acordo com os fundamentos técnicos dos Pareceres nº 0591/19 (LP) e 2597/19 (LI), se enquadrando no critério de exceção disposto no §3º do art. 2ª da Lei Municipal nº 11.785/24.</p> <p>Ademais, em consulta à Procuradoria Geral do Município - PGM, foi emitido Parecer Jurídico, datado de 02/10/25, que dispõe (grifo próprio):</p> <p>"(...) Logo, à época da concessão da referida Licença Prévia, não por força da Lei Municipal nº 11.785/24, sequer ainda em vigor, já estava o COMAM adstrito à sua observância, de modo que a implantação do parque linear ao longo da área verde pública limdeira à Rua José Cláudio Sanches, conforme projeto aprovado pela SMMA (Condicionante nº 02), a assinatura de Termo de Compromisso junto à FPMZB para implantação de projeto de recuperação / recomposição de APP em área de Parque Municipal nos termos do art. 5º, § 2º, da Resolução CONAMA nº 369/06 (Condicionante nº 03) bem como a gestão e manutenção, durante prazo mínimo de 30 anos, renovável por outros iguais períodos, do conjunto das áreas formadas pelo parque público citado na Condicionante 04, a ser implantado na ELUP na área da Mata do Morcego, e pelo parque linear ao longo da Rua José Cláudio Sanches, citado nas Medidas Compensatórias 01 e 02 (Condicionante nº 04) devem sim estar relacionados diretamente aos impactos ambientais do empreendimento, conforme previamente identificados nos estudos requeridos no curso do processo de licenciamento ambiental em questão, considerando os meios físico, biótico e socioeconômico, bem como ser proporcionais à magnitude desses impactos (art. 28, §3º do Decreto Estadual nº 47.383 de 02/03/2018). Prevalece, a esse respeito, a avaliação feita pelo órgão licenciador à época. (...)"</p> <p>Além disso, é preciso destacar algumas observações relevantes sobre a implantação do ELUP - Parque Linear:</p> <p>a) Trata-se de área de transferência, obrigação legal do parcelamento do solo, conforme art. 21 da Lei Municipal 7.166/96.</p> <p>b) O empreendimento envolveu o reparcelamento da planta CP-252-013-G que continha áreas de domínio público (EUC, área verde e sistema viário) que foram desafetadas pela Lei Municipal nº 11.200/19. Dessa forma, ocorreu uma compensação de áreas públicas no ELUP, motivo pelo qual sua área totalizou o valor de 55.988,29 m², nos termos da planta CP 252-074-M;</p> <p>c) Foi aceita a área de transferência em local externo à gleba, mediante inviabilidade técnica de se destinar o ELUP no mesmo terreno do estádio;</p> <p>d) Do total de área do ELUP, 56,89% estão sobre APP de nascente e curso d'água. Admitiu-se à época a não aplicação do §8º do art. 21 da Lei Municipal 7.166/96, que poderia aumentar expressivamente o cálculo da área de transferência do ELUP. Do contrário, entendendo-se os relevantes atributos ambientais da Mata dos Morcegos, este critério foi flexibilizado pela SMMA.</p> <p>e) Atendendo o princípio da isonomia na administração pública, todos os processos de parcelamento licenciados na SMMA, entregam o ELUP agregando espaços de preservação, paisagismo, convivência e lazer, com infraestrutura e equipamentos destinados à permanência, contemplação da natureza, prática esportivas e culturais, dentre outros.</p> <p>f) No ELUP, a priori, estão sendo concentrados todos os plantios compensatórios derivados de:</p> <ul style="list-style-type: none">- supressão de árvores isoladas no terreno do estádio e das obras viárias do seu entorno;- intervenção em APP do curso d'água do Córrego Tejuco;- enriquecimento arbóreo em área proporcional à do campo de futebol. <p>Portanto, a preservação da Mata do Morcego, com o enriquecimento de sua cobertura vegetal, evidencia uma importante ação ambiental. Por outro lado, a implantação do Parque Linear representa uma ação social extremamente relevante, na medida em que oferta um equipamento de lazer para uma população que não dispõe de algo semelhante na região, fomentando a apropriação destes espaços pela comunidade, garantindo maior qualidade de vida e incremento no nível de segurança do local, estando tais ações condizentes com o interesse social que caracterizou o empreendimento.</p> <p>Diante o exposto, é notório ressaltar que apenas o cercamento e os plantios no ELUP, como pleiteado pelo requerente, é insatisfatório para garantir o atendimento das prerrogativas técnicas e legais do parcelamento do solo e do licenciamento ambiental. Salienta-se ainda, para não sobreposição de medidas compensatórias, pois, os plantios derivam de compensação distinta daquela da implantação do parque.</p>
42	<p>Trata-se de parte da condicionante 48 da LI nº 0814/19 ainda não atendida. Optou-se pelo desmembramento desta condicionante, retirando do seu escopo o item 3, referente à execução do PTRF, compensação por intervenção de 1,77 ha (17.700 m²) em APP no terreno. Isso porque o PTRF será executado na RPE e na Mata dos Morcegos, parcialmente no ELUP, onde os plantios ainda não foram executados. O objetivo principal é receber do órgão estadual o ateste parcial das obrigações do DAIA.</p>



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI, e outros...

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.



ANEXO II - RELATÓRIO DE ESTUDO AMBIENTAL – REA

REA Nº 2609/25

ITEM	NOTAS ORIENTATIVAS PARA CUMPRIMENTO DAS CONDICIONANTES
43	Trata-se de parte da condicionante 48 da LI nº 0814/19 ainda não atendida. Para fins meramente logísticos, poderá os plantios serem realizados concomitantemente aos plantios no ELUP. A comprovação deverá ser acompanhada do relatório fotográfico e memorial descritivo com as etapas de plantio e tratos culturais, inclusive irrigação, em conformidade com o PTRF apresentado.
44	Considerando que o requerente remete ao Estado a vinculação dos plantios compensatórios por intervenção em APP à aprovação dos projetos de parcelamento do solo e do licenciamento ambiental municipal e considerando que a localização destes plantios (ELUP e RPE) interferem na avaliação dos impactos ambientais em decorrência da instalação do empreendimento, o órgão ambiental estadual deverá manifestar ciência e concordância que as medidas impostas no licenciamento ambiental estão ao encontro das medidas compensatórias estabelecidas no DAIA. Destaca-se que devido a protelação da execução do PRAD e PTRF, será necessário verificar o diagnóstico e viabilidade técnica dos locais de plantio na RPE e no ELUP, conforme orientado nas Condicionantes 30 e 41, respectivamente, para efetividade do cumprimento das medidas compensatórias do DAIA.
45	<p>No decorrer do licenciamento, foram necessárias complementações no quantitativo de supressões inicialmente previsto, especialmente para viabilização das obras viárias do parcelamento do solo. Logo, considerando todas as Autorizações para Intervenção Arbórea - AIE emitidas, conforme levantamento listado abaixo, o quantitativo atual de reposição ambiental por supressão de árvores isoladas perfaz o total de 5925 árvores.</p> <p>a) AIE nº 0023/20 = supressão de 734 árvores e reposição de 3376 árvores;</p> <p>b) AIE nº 0080/22 que retifica a AIE nº 0344/21 que retifica a AIE nº 0148/21 = supressão de 366 árvores e reposição de 1534 árvores (obras viárias);</p> <p>c) AIE nº 0081/22 que retifica a AIE nº 0105/21 que "pressupõe" que substitui a AIE nº 0012/21 = supressão de 256 e reposição de 995 (obras viárias). Embora não esteja descrita de forma expressa a retificação da AIE nº 0012/21 na AIE nº 0105/21, verificou-se tratar da mesma tabela de indivíduos para supressão com acréscimo de um ipê amarelo.</p> <p>d) AIE nº 0193/22 = supressão de 6 árvores e reposição de 20 árvores (obras viárias).</p> <p>Total supressão: 1362 árvores Total reposição: 5925 árvores</p> <p>As reposições estão previstas para serem executadas no ELUP. Destaca-se que não será admitida sobreposição de compensações ambientais na mesma área de plantio no ELUP, referentes ao PTRF e PTEA. Na hipótese da área disponível para plantio ser insuficiente, conforme resultado do diagnóstico solicitado na Condicionante 41, o plantio excedente deverá ser realizado em local público a ser definido e orientado pela SMMA. Nesta situação, a reposição deverá seguir orientação da DN COMAM nº 69/2010. Alternativamente, a compensação ambiental poderá ser convertida em bens ou insumos voltados para a preservação ambiental, conforme Portaria SMMA nº 18/2017, Portaria SMMA nº 02/2022 e Portaria SMMA nº 06/2025 e atualizações posteriores.</p>
46	<p>O plano deverá descrever os objetivos, procedimentos e cronograma de execução das medidas a serem adotadas, devendo prever, no mínimo:</p> <p>a) cercamento e controle de acessos de animais (bovinos e equinos);</p> <p>b) aceiros e medidas preventivas de incêndios florestais, bem como seu combate;</p> <p>c) substituição imediata de mudas que estejam com seu desenvolvimento comprometido;</p> <p>d) controle de espécimes exóticas invasoras;</p> <p>e) controle e destinação de lixo, entulhos e resíduos diversos, oriundo de depósito clandestino;</p> <p>f) sinalização com placas indicativas de áreas de proteção e recuperação ambiental;</p> <p>g) dentre outras medidas que se fizerem necessárias.</p>
47	<p>Trata-se de parte da condicionante 49 da LI nº 0814/19 ainda não atendida. Originalmente, essa condicionante não foi indicada em parecer técnico da SMMA. Foi estabelecida em plenário do COMAM, na reunião do dia 20/12/2019, que deliberou favoravelmente à concessão da LI, em comum acordo com o requerente. Para tanto, resgata-se trecho da ata da reunião:</p> <p><i>"(...) Em seguida, o Presidente passou a palavra para o Conselheiro Sérgio Augusto Domingues, que fez a seguinte proposta: Inserir condicionante nº 49. Inserir uma condicionante para produção e o plantio de 46 mil árvores referentes ao projeto da Arena do Galo em parceria com a Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica de BH - FPMZB. Prazo: No requerimento da LO. Justificativa: Considerando que a Condicionante 18 e a nota 7 não faz referência a tal, e que em reunião anterior do COMAM foi acordado junto com os responsáveis pelo empreendimento a produção e o plantio de árvores correspondente ao número de pessoas na lotação do estádio/arena. Assim, ressaltou que além das 3.700 mudas que são árvores de compensação plantadas na área do empreendimento, a proposta é que as 46 mil árvores sejam produzidas em parceria com a FPMZB, e posteriormente plantadas na cidade como um todo. (...)."</i></p> <p>Ressalta-se apenas, que o quantitativo supracitado está relacionado aos plantios no ELUP e não na área do empreendimento e que ocorreu incremento de supressões e, conseqüentemente, de reposições durante o licenciamento. Por último, tendo em vista que esta condicionante tem natureza de medida compensatória, na proporcionalidade de 1 árvore por assento do estádio, entende-se seu enquadramento na exceção prevista no §3º do art. 2º da Lei Municipal nº 11.785/24.</p>



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI, e outros...

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.

ANEXO II - RELATÓRIO DE ESTUDO AMBIENTAL – REA

REA Nº 2609/25

ITEM	NOTAS ORIENTATIVAS PARA CUMPRIMENTO DAS CONDICIONANTES
48	Trata-se de parte da condicionante 49 da LI nº 0814/19 que está em atendimento. Os plantios a serem monitorados foram realizados nos seguintes locais: a) Parque Ecológico do Brejinho; b) Parque Ecológico e Cultural Fernando Roquete Reis; c) Parque Fernando Sabino; d) Parque Municipal Ursulina de Andrade Melo.
49	A implantação do alargamento da Rua Oswaldo Cardoso está prevista nas Diretrizes para o Parcelamento do Solo e é necessária para a conectividade do sistema viário do entorno, inclusive como rota do transporte coletivo urbano. A execução das obras deverá ser compatibilizada com o PRAD na RPE, devendo ser priorizado elementos de contenções estruturais que minimizem os impactos nos atributos ambientais da RPE.
50	A implantação desse trecho é essencial para separar o fluxo de veículos provenientes do ramo do Anel Rodoviário no sentido de Contagem, daqueles que irão acessar o empreendimento, com o objetivo de evitar o entrelaçamento entre esses veículos, sendo medida fundamental para melhorar a segurança e a fluidez na circulação.
51	A requalificação dessa via, mantendo-a como de pedestres, foi proposta como alternativa à consolidação como via veicular, conforme deliberação da reunião ordinária do COMAM no dia 25/05/2022 e Ofício GEXMA/EXTERNO nº 1378/22, emitido em 13/06/2022.
52	As intervenções previstas na interseção do Anel Rodoviário com a Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, correspondentes ao quadrante superior, poderão ser excluídas da implantação, caso os recursos estejam assegurados pela Prefeitura de Belo Horizonte por meio do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC do Governo Federal e o processo formalizado entre as partes, devidamente comprovado.
53	Condicionantes definidas para o tratamento das vias internas aos bairros, utilizadas como rotas de saída do empreendimento. Foram alteradas através de deliberação do COMAM em reunião ordinária realizada no dia 25/05/2022, uma vez que houve a impossibilidade de implantação das alças, previstas no VIURBS, correspondentes ao quadrante inferior da interseção do Anel Rodoviário com a Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, considerando as desapropriações necessárias.
54	O projeto de sinalização foi implantado apenas nas intervenções que foram executadas para a inauguração do empreendimento, a falta da sinalização conforme prevista no projeto aprovado compromete o funcionamento do sistema viário e, em dias de jogos e eventos, gera ônus de implantação e operacionalização ao município.
55	Essa condicionante tem o objetivo de orientar a circulação dos veículos no entorno do empreendimento, mas também sinalizar a rota de ligação prevista entre a Estação de Metrô – Eldorado até o estádio.
56	O projeto de acessibilidade contempla a implantação de rota acessível no sentido Estação Eldorado-Arena MRV e no sentido Anel Rodoviário-Arena MRV, de forma a evitar o caminhar dos pedestres nas faixas de trânsito da Via Expressa. O caminhar, da forma que vem acontecendo atualmente, compromete faixas de tráfego na Via Expressa, gera insegurança para os pedestres, pois ficam expostos a situações de muito risco (do tipo atropelamento). Além disso, o projeto prevê a implantação de rebaixos para pedestres, faixas de travessia, travessias elavadas e passarelas para ligação do Bairro Santa Maria ao empreendimento e da Estação Eldorado à rota acessível prevista para ligação ao estádio.
57	A BHTRANS concordou com os resultados dos estudos apresentados e com a proposta de uma nova divisão modal para o empreendimento, que alterou o resultado referente à demanda de vagas para veículos leves, com a condição de que fossem implementadas várias medidas de incentivo ao uso do transporte coletivo. As melhorias no transporte coletivo propostas no "Estudo de Linhas de Ônibus" aprovado pela BHTRANS contempla a disponibilização dos seguintes serviços relativos ao transporte coletivo: a) Ônibus especiais – operação de três serviços especiais de transporte por ônibus, ligando à Arena MRV a Área Central, a Estação Venda Nova e a Estação Barreiro); b) Circular Estação Eldorado/Arena MRV – (serviço circular entre a Estação Eldorado e a Arena MRV); c) Conexão Galo – serviço de transporte especial a ser prestado para os torcedores, sendo alocados ônibus com ar-condicionado junto aos grandes shopping centers de Belo Horizonte, Contagem e Betim; d) Ônibus regulares – alteração do itinerário de linhas municipais que trafegam na região em dias de jogos e eventos. Os ônibus especiais e o Circular Estação Eldorado - Arena MRV não foram implantados, especificamente a implantação do Circular Estação Eldorado - Arena MRV é de grande importância para estímulo ao uso do metrô como meio de transporte de acesso ao empreendimento. Foi implantada apenas a conexão Galo / Belo Horizonte, sendo disponibilizados 10 ônibus para os dias de jogos e três ônibus para os dias de eventos. Considera-se necessária uma melhor divulgação do serviço para aumento da adesão. Com relação aos ônibus regulares, algumas linhas estão sendo desviadas para atendimento da operação nos dias de jogos e eventos, mas algumas linhas estão sendo prejudicadas pela impossibilidade de passarem na Rua Oswaldo Cardoso, uma vez que não teve sua implantação concluída.



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI, e outros...

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.



ANEXO II - RELATÓRIO DE ESTUDO AMBIENTAL – REA

REA Nº 2609/25

ITEM	NOTAS ORIENTATIVAS PARA CUMPRIMENTO DAS CONDICIONANTES
58	Os relatórios devem conter informações sobre a quantidade de veículos de cada tipo que foram disponibilizados para os jogos e eventos, os locais onde são feitos os embarques e desembarques e a quantidade de usuários que estão aderindo a cada tipo de serviço oferecido. Além disso, deve conter dados para verificação da efetividade dessas medidas com relação à atração do uso do transporte coletivo como alternativa mais expressiva na divisão modal. Devem também esclarecer como estão sendo feitas as divulgações desses serviços.
59	Os relatórios devem conter informações sobre a quantidade de veículos disponibilizada em cada jogo e a quantidade de pessoas que estão sendo transportadas por esse serviço. A disponibilização desse meio de transporte deve ser contínua durante todo o período de operação do empreendimento. Ressalta-se que se trata de condicionante que já está sendo cumprida, mas é necessário que a divulgação desse meio de transporte aconteça de maneira mais efetiva, para adesão do serviço pelos usuários habilitados a utilizá-lo.
60	Considerando que não foram implantadas todas as intervenções previstas no projeto viário aprovado pela BHTRANS, o Plano Operacional utilizado em jogos e eventos não está sendo executado conforme o previsto, sendo necessárias adaptações. O Documento Operacional de Trânsito - DOT, conforme a Portaria BHTRANS 036/2007, é obrigatório para todos os tipos de complexidade de eventos. Considerando o impacto a ser gerado na área de abrangência, a BHTRANS poderá, a seu critério, modificar a forma e/ou requisitos para apresentação do DOT, ou mesmo excluir a necessidade de sua implantação quando julgar oportuno.
61	Entende-se esse processo como cíclico, uma vez que deve ser repetido até que se tenha um projeto mais adequado ao funcionamento de todas as atividades existentes no Estádio.
62	<p>O Plano de Utilização do espaço denominado "Teatro" pela comunidade de entorno e órgãos públicos tem por objetivo organizar a utilização gratuita desse espaço para a realização de eventos artísticos, culturais, sociais organizados por órgãos públicos e comunidade do entorno e pelo Instituto Galo, haja vista seu reconhecimento como um empreendimento de interesse social. Conforme aprovado pela SUPLAN, o espaço deverá ser disponibilizado com frequência trimestral para os eventos promovidos pelo Instituto Galo e frequência mensal para os eventos promovidos por órgãos públicos e organizações da sociedade civil (institucionalizadas ou não). O espaço é equipado com cadeiras, mobílias, mesas e equipamentos de som e mídia. A comprovação da implantação do Plano de Utilização do espaço denominado Teatro, atualmente Sala de imprensa, deverá ser feita por meio do envio de relatórios, que deverão conter, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Comprovação da publicação do edital no site do Instituto Galo;b) Comprovação da divulgação do edital por meio de redes sociais e encaminhamento de e-mails para órgãos públicos e associações comunitárias. Ressalta-se que a divulgação sobre a disponibilidade do espaço deve ser contínua e permanente;c) Apresentação de todos os eventos que tenham sido realizados no Teatro (Sala de Imprensa) por órgãos públicos e OSCs no semestre avaliado;d) Apresentação dos eventos realizados pelo Instituto Galo no Teatro (Sala de Imprensa) no semestre avaliado;e) Apresentação dos indicadores dos eventos promovidos pelos órgãos públicos e/ou organizações sociais e pelo Instituto Galo, conforme tabela apresentada no plano aprovado;f) Outras informações pertinentes à comprovação da utilização do espaço e esforços relacionados às ações de divulgação de sua cessão. <p>Durante os primeiros 2 anos de vigência da LO os relatórios deverão ser encaminhados semestralmente, em junho e dezembro. Após os dois primeiros anos de vigência da LO, a periodicidade dos relatórios poderá ser alterada para anual.</p>



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI, e outros...

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.



ANEXO II - RELATÓRIO DE ESTUDO AMBIENTAL – REA

REA Nº 2609/25

ITEM	NOTAS ORIENTATIVAS PARA CUMPRIMENTO DAS CONDICIONANTES
63	<p>O Plano de Atividades Esportivas para a Comunidade do Entorno tem por objetivo promover a utilização gratuita da infraestrutura da Esplanada (espaços descobertos, pista de cooper, ciclovia, etc) pela comunidade do entorno, especialmente os bairros Camargos, California e Santa Maria, e também por organizações da sociedade civil e órgãos público, proporcionando a realização de eventos com foco na promoção do bem-estar social, esporte, cultura, lazer, educação dentre outros, e aproximar os usuários dos equipamentos disponíveis nesse local (Academia da Cidade, NASF e CLIC). Dentre as atividades propostas pelo plano aprovado estão a abertura da esplanada de 07h às 22h para a utilização dos equipamentos pela população; a realização de eventos esportivos/recreativos mensais pelo Instituto Galo; a cessão gratuita do espaço em pelo menos 12 dias no ano para a realização de eventos por órgãos públicos e organizações da sociedade civil. A comprovação da implantação do Plano de Atividades Esportivas para a comunidade do entorno, deverá ser feita por meio do envio de relatórios semestrais, que deverão conter, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Comprovação da publicação do edital no site do Instituto Galo;b) Comprovação da realização de atividades esportivas, inclusive da disponibilização de atividades esportivas e recreativas adaptáveis às pessoas com mobilidade reduzida;c) Comprovação da divulgação do edital por meio de redes sociais e encaminhamento de e-mails para órgãos públicos e associações comunitárias. Ressalta-se que a divulgação sobre a disponibilidade do espaço deve ser contínua e permanente;d) Apresentação de todos os eventos que tenham sido realizados na esplanada por órgãos públicos e OSCs no semestre avaliado;e) Apresentação dos eventos realizados pelo Instituto Galo na esplanada no semestre avaliado;f) Apresentação dos indicadores dos eventos promovidos pelos órgãos públicos e/ou organizações sociais e pelo Instituto Galo, conforme tabela apresentada no plano aprovado;g) Outras informações pertinentes à comprovação da utilização do espaço e esforços relacionados às ações de divulgação de sua cessão. <p>Durante os primeiros 2 anos de vigência da LO os relatórios deverão ser encaminhados semestralmente, em junho e dezembro. Após os dois primeiros anos de vigência da LO, a periodicidade dos relatórios poderá ser alterada para anual.</p>
64	<p>A passarela que interliga o Bairro Santa Maria ao empreendimento deverá ser implantada, conforme projeto aprovado pela PBH, com vistas a garantir o atravessamento seguro de torcedores e, especialmente, de usuários dos equipamentos sociais implantados (CLIC, NASF e Academia da Cidade), os quais fundamentaram seu enquadramento como de interesse social. A necessidade da passarela foi prevista pelo próprio empreendedor no EIA e no Relatório de Impacto da Circulação - RIC, quando da avaliação das rotas de pedestres, e aprovada pela SUPLAN e BHTRANS. Atualmente, a travessia disponível consiste em um dispositivo semaforizado em nível na Via Expressa, operacionalizado apenas em dias de eventos esportivos para o escoamento do fluxo de torcedores. Contudo, a inexistência de uma estrutura de transposição em desnível induz à realização de travessias irregulares fora dos períodos controlados, contrariando as diretrizes de segurança viária e resultando em situação de risco iminente de atropelamentos, em função da elevada velocidade operacional e do volume de tráfego da Via Expressa. Esse é um ponto de atenção, uma vez que, com a implantação de equipamentos de interesse social na esplanada, é previsto que os moradores do Bairro Santa Maria e adjacências atravessem o local diariamente para acessar o empreendimento. Ressalta-se que a implantação da passarela deverá englobar a implantação de iluminação pública, que deverá ser aprovada pela BHIP, garantindo a travessia segura em todos os períodos em que o empreendimento opera. A conclusão e a devida entrega das passarelas e da iluminação deverão ser formalmente comprovadas junto à SUPLAN e à SMMUR através de relatório fotográfico e apresentação de ofício da concessionária BHIP.</p>
65	<p>A passarela que interliga a Estação Eldorado ao empreendimento deverá ser implantada, conforme projeto aprovado pela PBH, com vistas a garantir o atravessamento seguro de torcedores e usuários dos equipamentos implantados pelo empreendimento. Atualmente, em função da não implantação dessa infraestrutura, o acesso dos torcedores que chegam pela Estação Eldorado é realizado de maneira improvisada através da implantação de cones em uma faixa da Via Expressa, situação que deverá ser corrigida para a correta operação do empreendimento. Ressalta-se que a passarela da Estação Eldorado faz parte da rota compartilhada entre pedestres e ciclistas, o que deverá ser mantida quando da sua implantação através das devidas sinalizações constantes no projeto que foi aprovado pela PBH. Ademais, deverá englobar a implantação de iluminação pública, que deverá ser aprovada pela BHIP, garantindo a travessia segura em todos os períodos em que o empreendimento opera. A conclusão da obra e a devida entrega das passarelas e da iluminação deverão ser formalmente comprovadas junto à SUPLAN e à SMMUR através de relatório fotográfico e apresentação de ofício da concessionária BHIP.</p>



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI, e outros...

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.

ANEXO II - RELATÓRIO DE ESTUDO AMBIENTAL – REA

REA Nº 2609/25

ITEM	NOTAS ORIENTATIVAS PARA CUMPRIMENTO DAS CONDICIONANTES
66	<p>O RIC do empreendimento destacou diversas rotas de pedestres que são relevantes para acesso ao empreendimento, as quais foram aprovadas quando da emissão da Licença de Instalação. Além dessas rotas, existem rotas complementares que foram averiguadas durante a operação do empreendimento e demandam, atualmente, operações especiais de trânsito, a exemplo da rota de pedestres com origem na Estação Eldorado. Essas rotas deverão receber melhorias para garantir maior segurança e caminhabilidade no trajeto a ser percorrido pelos usuários em dias de jogos e eventos, bem como no dia-a-dia da vizinhança usuária dos equipamentos implantados pelo empreendimento. As obras de adequação de algumas rotas ainda encontram-se pendentes ou demandam ajustes, sendo estes descritos a seguir:</p> <p>a) Rotas 03, 05, 11 e 12: Implantar a Rua Oswaldo Cardoso;</p> <p>b) Rota 04: Realizar ajustes na Praça do Torcedor, especialmente nas escadarias, cuja sinalização tátil está inadequada e não foram implantados corrimãos. O mobiliário urbano previsto no projeto da Praça também não foi implantado;</p> <p>c) Rota 07: Implantar a passarela que possibilita a travessia segura da Av. Juscelino Kubitschek (via expressa), conforme rota aprovada. Adequar os acessos à calçada em todo o trecho da rota aprovada. Adequar a mudança de direção na calçada da Rua das Ostras de forma suave e contínua e garantir a largura mínima de 1,50 metros destinado à faixa livre de circulação de pedestres. (Pareceres SUPLAN 63/23 e 08/2024).</p> <p>d) Rota 08, 09, 10 e 13: Realizar adequações de segurança no viaduto da Rua João Batista Vieira (Elevado da Massa). Esse viaduto faz parte de diversas rotas e demanda ajustes como a substituição do guarda-corpo existente por material similar em altura aos demais gradis implantados, a completa vedação do vão entre o viaduto antigo e o novo viaduto. Essa adequação deverá ser feita de maneira imediata e está indicada em destaque na Condicionante 78;</p> <p>e) Rotas 06, 07, 09 e 11: Foram implantados apenas os trechos imediatamente lindeiros ao empreendimento. A requalificação dos acessos dos demais trechos da rota aprovada deverão ser implantados e comprovados.</p> <p>f) Rota 13: Tratamento da rota da Av. Juscelino Kubitschek (entre a rua Christina Maria de Assis e a Estação Eldorado). Esse trecho será interligado à passarela que será implantada pelo empreendimento, possibilitando a travessia da Av. Juscelino Kubitschek.</p> <p>g) Rota da Estação Eldorado: Atualmente essa rota é realizada de maneira improvisada por meio da faixa de rolamento da Via Expressa, na qual é demarcado um caminho para pedestres através de cones. Para a correção dessa situação e implantação de uma rota definitiva que gere segurança para pedestres e motoristas que trafegam na região, deverá ser implementada a rota definitiva já aprovada pela PBH, que consiste no tratamento das calçadas existentes entre Estação e a via marginal e o atravessamento da via expressa por meio de uma passarela. Essa rota é compartilhada entre pedestres e ciclistas, conforme projeto aprovado pela PBH durante a Licença de Instalação. A passarela que compõe essa rota está indicada em destaque na condicionante 74.</p> <p>h) Rota do Bairro Santa Maria: Implantação da passarela de pedestres e tratamento das calçadas que compõem essa rota de travessia dos moradores do Bairro Santa Maria para acesso ao empreendimento, conforme já aprovado. A passarela que compõe essa rota está indicada em destaque na condicionante 73.</p>
67	<p>O projeto da Praça do Torcedor contempla a instalação de mobiliários que tem por objetivo a qualificação e permanência dos usuários no local, como bancos, pergolados e jardineiras para garantir o sombreamento do local, além da implantação de iluminação de segundo nível. A implantação deverá prever a sinalização tátil e inclusão de corrimãos conforme normas e legislação pertinente, conforme pontuado no Parecer Técnico SUPLAN 26/2024, de modo a garantir a acessibilidade e segurança do local.</p>
68	<p>A identificação dos impactos na circulação gerados pelo empreendimento ocorreram apenas por meio de simulação de cenários, antes da operação efetiva do empreendimento. Nesse sentido, de forma a avaliar a eficácia e capacidade de mitigação das medidas de mobilidade executadas, deverá ser reelaborado relatório, assinado por engenheiro de tráfego habilitado, considerando:</p> <p>I - Medições de campo realizadas em, pelo menos dois dias de eventos esportivos de grande porte (com lotação acima de 80% da capacidade) e em um dia sem evento, cobrindo a chegada, o pico e a dispersão do público:</p> <p>a) Contagem de veículos por tipo (carros, ônibus, táxis/app) nas principais vias de acesso e saída do empreendimento;</p> <p>b) Medição dos tempos de percurso em rotas críticas (eixos arteriais, vias de acesso à Via Expressa e ao sistema de transporte público), comparando o cenário de evento com o cenário de linha de base.</p> <p>c) Monitoramento do fluxo de pedestres nas principais calçadas e acessos, especialmente nas ligações com as estações de transporte coletivo.</p> <p>d) Levantamento por amostragem do modo de transporte utilizado pelos usuários (carro particular, transporte coletivo, táxi/app, a pé).</p> <p>II - O relatório deverá detalhar o impacto nas seguintes áreas e aspectos e propor, caso necessário, medidas de correção e mitigação caso os indicadores de tráfego e/ou o tempo de viagem e de espera demonstrem índices de congestionamento críticos (níveis de serviço C, D, E ou F):</p> <p>a) Análise da formação de filas e do tempo de espera para acesso aos estacionamento do empreendimento;</p> <p>b) Avaliação de como as filas e o fluxo de veículos de e para o empreendimento interferem na fluidez da Via Expressa;</p> <p>c) Identificação de pontos de conflito entre veículos e pedestres ou entre diferentes fluxos de veículos.</p> <p>As áreas de influência deverão considerar a AID e AII da versão do EIA apresentada em 2018.</p>



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI, e outros...

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.



ANEXO II - RELATÓRIO DE ESTUDO AMBIENTAL – REA

REA Nº 2609/25

ITEM	NOTAS ORIENTATIVAS PARA CUMPRIMENTO DAS CONDICIONANTES
69	As adequações deverão contemplar a substituição do guarda-corpo existente por material compatível e de altura equivalente aos gradis já implantados em outras estruturas similares e a completa vedação do vão existente entre o viaduto antigo e o novo viaduto. Até que as obras sejam implementadas no prazo previsto pela LO, deverão ser providenciadas, de maneira imediata, medidas de segurança provisórias no local em todos os eventos realizados, como o tamponamento dos vãos, o desvio dos torcedores para a calçada que já possui proteção, dentre outras medidas pertinentes.
70	<p>O Plano de Incentivo ao Uso do Transporte Coletivo deverá ser elaborado com o objetivo de conscientizar os usuários e torcedores sobre as opções de transporte público disponíveis, visando reduzir o fluxo de veículos individuais e as interferências nas vias urbanas no entorno do empreendimento durante a realização de eventos e jogos. Para tanto, o Plano deverá considerar as seguintes orientações:</p> <p>a) Manter no site do empreendimento informações simplificadas sobre rotas, linhas de ônibus e metrô, pontos de embarque/desembarque e rotas de acesso, bem como informações sobre as linhas de ônibus exclusivas da Arena Multiuso (linhas gratuitas e conexões). Divulgar aos usuários os aplicativos disponíveis para recarga do cartão BHBUS e para pagamento por QR Code via celular, evidenciando as facilidades e a praticidade do uso do transporte público, especialmente para pessoas que não residem no município;</p> <p>b) Implementar painéis e dispositivos físicos e/ou digitais que contenham informações sobre linhas de ônibus e metrô e rotas de acesso para embarque e desembarque. Divulgar, também nesses espaços, os aplicativos disponíveis para recarga do cartão BHBUS e para pagamento por QR Code via celular, evidenciando as facilidades e a praticidade do uso do transporte público, especialmente para pessoas que não residem no município;</p> <p>c) Divulgar informações sobre o transporte gratuito oferecido pelo empreendimento, bem como em relação às linhas do Conexão Arena;</p> <p>d) Disponibilizar, sempre que possível, equipes de apoio uniformizados nas áreas de dispersão, visando orientar os usuários para os modais do transporte coletivo após o término de jogos e eventos.</p> <p>e) Elaborar materiais de forma física e digital para incentivar o uso do transporte coletivo, com foco na comodidade, previsibilidade de tempo de viagem e segurança, demonstrando os impactos positivos do uso de ônibus e metrô para o trânsito e para o meio ambiente. As campanhas devem ser realizadas em sites, redes sociais, jornais e também através de comunicações e eventos com torcidas.</p> <p>A implantação do Plano deverá ser comprovada através do envio de relatório anual, que deverá incluir cópias e fotografias de todo material utilizado, além de uma avaliação da efetividade das campanhas, com o monitoramento da frequência de uso do transporte coletivo pelos usuários (seja por pesquisa ou indicadores de circulação).</p>
71	O Plano de Incentivo ao Uso do Transporte Coletivo deverá ser implantado, conforme previamente aprovado, com o objetivo de conscientizar os usuários e torcedores sobre as opções de transporte público disponíveis, visando reduzir o fluxo de veículos individuais e as interferências nas vias urbanas no entorno do empreendimento durante a realização de eventos e jogos. A implantação do Plano deverá ser comprovada através do envio de relatório anual, que deverá incluir cópias e fotografias de todo material utilizado, além de uma avaliação da efetividade das campanhas, com o monitoramento da frequência de uso do transporte coletivo pelos usuários (seja por pesquisa ou indicadores de circulação).
72	<p>A condicionante somente será considerada atendida após emissão de parecer técnico pela GERLI/SLU atestando a implantação. Para fins de comprovação da implantação dos PGRSE e PGRSS aprovados deve ser solicitada vistoria da SLU. Os seguintes documentos devem ser anexados ao protocolo de solicitação de vistoria:</p> <p>a) Cópia da guia de pagamento do Documento de Recolhimento e Arrecadação Municipal - DRAM;</p> <p>b) Comprovante de pagamento;</p> <p>c) Declaração de implantação dos PGRSE e PGRSS assinada pelo responsável legal ou responsável técnico pela elaboração dos planos.</p>
73	Entende-se que o projeto “as built” consiste não só na apresentação de como foi efetivado a obra, mas que tais alterações não comprometeram o sistema de drenagem como um todo, sendo importante que as alterações mais significativas, realizadas em relação ao projeto inicialmente aprovado em 2021 com base no relatório DGAU-RTEI-017/2021, sejam apresentadas.
74	Os registros fotográficos apresentados nas informações complementares para concessão da LO evidenciam o processo de execução de alguns pontos do sistema de drenagem, mas não demonstram o sistema completamente finalizado e o processo de operação/manutenção do mesmo, bem como a comprovação das dimensões definidas no dimensionamento da caixa de detenção (altura, largura, comprimento, diâmetro dos orifícios de saída e de entrada).
75	Ressalta-se que o pedido de vistoria, para fins de comprovação de implantação das estruturas de drenagem propostas, não foi protocolado pelo empreendedor.



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI, e outros...

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.



ANEXO II - RELATÓRIO DE ESTUDO AMBIENTAL – REA

REA Nº 2609/25

ITEM	NOTAS ORIENTATIVAS PARA CUMPRIMENTO DAS CONDICIONANTES
76	<p>a) O PCMO deverá ser elaborado utilizando-se o Termo de Referência e o formulário (observando-se nele as orientações constantes à sua página 4), disponibilizados em https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/perguntas-frequentes, na pergunta "Como devo elaborar e apresentar o PCMO?".</p> <p>b) A população a ser beneficiada pela implementação do PCMO é a constituída por moradores dos seguintes assentamentos de interesse social:</p> <ul style="list-style-type: none">- Zeis-1: Maravilha, Vila Alto dos Pinheiros, Vila Califórnia- Aeis-2: Sem nome (Referência: Matias Aires)- Empreendimentos de Interesse Social – EIS: Conjunto Habitacional Califórnia IX, Conjunto Via Expressa I e II, Pérola <p>- Ocupações urbanas:</p> <p>Na hipótese de não atingimento da meta estabelecida no item 4 deste roteiro, as ações previstas no PCMO poderão ser direcionadas para moradores dos seguintes assentamentos:</p> <ul style="list-style-type: none">- Zeis-1: Delta, Vila Oeste- Zeis-2: Conjunto Novo Dom Bosco- Empreendimentos de Interesse Social – EIS: Conjunto Habitacional Califórnia V, VI, VII e VIII, Residencial Recanto dos Pinheiros <p>- Ocupações urbanas: Vila Chaves</p> <p>c) O PCMO deverá ser apresentado em até 60 dias a partir da data de concessão da LO.</p>
77	<p>Os relatórios semestrais devem ser apresentados utilizando-se o formulário disponibilizado em "https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/perguntas-frequentes" na pergunta "Após a aprovação do PCMO, o que devo fazer?", observando-se as orientações constante à sua página 5.</p>
78	<p>O relatório final deverá ser elaborado utilizando-se o formulário disponibilizado em "https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/perguntas-frequentes" na pergunta "Após a aprovação do PCMO, o que devo fazer?", observando-se as orientações constantes à sua página 4.</p>
79	<p>Após um ano da emissão do Termo Provisório, será realizada vistoria ao local para verificar as condições das obras e, estando em conformidade, emitir o Termo de Recebimento Total.</p>
80	<p>Além do protocolo no serviço de atendimento de condicionante, o calendário deve ser encaminhado à SUREG (gliae@pbh.gov.br e diae@pbh.gov.br).</p>
81	<p>Durante a vigência da LO, a SMMA avaliará o desempenho ambiental do empreendimento. Assim, caso sejam verificadas quaisquer irregularidades, como descumprimento das condicionantes estabelecidas ou outras constatadas por meio de ações fiscais, poderá ser reduzido o prazo de validade da licença quando de sua renovação.</p>
82	<p>O descumprimento de condicionantes é passível de autuação conforme § único do Art. 61 do Decreto Municipal nº 16.528/16.</p>
83	<p>A renovação da LO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 dias do seu prazo de vencimento. Para a renovação deverá ser obtida a Orientação para o Licenciamento de Empreendimento de Impacto – OLEI (olei.pbh.gov.br). O requerimento de renovação da licença pressupõe a entrega de toda a documentação estabelecida na OLEI.</p>



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI, e outros...



ANEXO III - RELATÓRIO DE ESTUDO AMBIENTAL – REA

REA Nº 2609/25

ITEM	DIRETRIZES OBRIGATÓRIAS PARA FUNCIONAMENTO
1	Fica vedada a realização de shows musicais e/ou eventos de grande potencial de impacto sonoro na área da esplanada durante a vigência da licença. A intensidade da potência sonora será realizada mediante estudo de modelagem acústica.
2	Qualquer proposta de alteração futura deverá ser formalizada e submetida integralmente à apreciação da SMMA e à deliberação do COMAM antes de qualquer autorização para eventos na área da esplanada.
3	Monitorar todos os eventos musicais conforme plano aprovado, atendendo os limites estabelecidos pela legislação. a) Durante os shows musicais, caso o sistema de monitoramento indique níveis sonoros acima do permitido pela Lei Municipal nº 9.505/08 ou a Subsecretaria de Fiscalização - SUFIS registre reclamações relativas aos ruídos, os responsáveis pelo evento deverão atuar no volume sonoro do(s) palco(s) visando garantir o atendimento à legislação. b) Respeitar os limites legais de ruído na desmontagens de equipamentos, especialmente em horários noturnos. c) Manter o canal de atendimento comunitário permanente.
4	Devido a potencialidade de atração de pessoas e veículos, não será admitido, a priori, eventos diversos e simultâneos no interior do estádio e na esplanada. Considera-se evento simultâneo aquele que coincidir o tempo de realização somado ao tempo necessário para mobilização e desmobilização de público. Durante avaliação do Documento Operacional de Trânsito - DOT será verificada a possibilidade ou não de realização de eventos simultâneos, considerando a compatibilização dos horários para que o término de um evento não coincida com o horário de liberação do outro.
5	A Esplanada deverá ser mantida aberta ao público de 07h às 22h, ressalvados os dias de jogos e eventos. Manter abertos os portões de acessos de pedestres pela Rua Christina Maria de Assis durante o funcionamento da esplanada de forma a garantir o acesso direto aos equipamentos públicos implantados. Esse acesso, realizado através de escadaria e elevador para portadores de mobilidade reduzida, deverá ser mantido livre e desimpedido durante toda a operação do empreendimento.
6	Garantir, em até 48 horas após a conclusão de eventos na esplanada, a remoção de todas as estruturas, mobiliários, gradeamentos e demais materiais utilizados, visando restabelecer a utilização pública da área.
7	Garantir a manutenção dos equipamentos sociais: Academia da Cidade, CLIC e NASF, necessária a seu pleno funcionamento, com, no mínimo, os seguintes serviços: a) relacionados à manutenção predial e fornecimentos de utilidades, tais como: energia elétrica, abastecimento de água potável, provimento de internet; b) gestão de resíduos sólidos e esgotamento sanitário; c) apoio diversos, como limpeza e vigilância.
8	Garantir estacionamento gratuito aos usuários e funcionários dos equipamentos sociais: Academia da Cidade, CLIC e NASF. Deverá ser destinada, pelo menos, 28 vagas, localizadas no 4º nível do estacionamento, próximos aos elevadores e caixa de escada. A disponibilidade e o quantitativo dessas vagas deverá ser sinalizada por placas nos interiores dos equipamentos de uso público.
9	Garantir a manutenção da sala compartilhada / central de segurança dos órgãos de segurança e justiça.
10	Manter permanentemente canal de comunicação para recebimento de reclamações, solicitações de esclarecimentos e dúvidas. Deve-se estimular o diálogo contínuo e transparente com a comunidade do entorno. As medidas e ações de mitigação e monitoramento poderão ser redirecionadas de acordo com o resultado da Pesquisa de Percepção Socioambiental realizada, após análise e recomendação da SMMA e dos órgãos envolvidos no licenciamento ambiental e respectiva análise e deliberação do COMAM.
11	Manter todas as instalações sanitárias do estádio em plenas condições operacionais, higienizadas e contar com papel higiênico.



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI, e outros...



ANEXO III - RELATÓRIO DE ESTUDO AMBIENTAL – REA

REA Nº 2609/25

ITEM	DIRETRIZES OBRIGATÓRIAS PARA FUNCIONAMENTO
12	Promover a dedetização preventiva periódica com métodos e produtos autorizados, contemplando ainda: a) atuação de empresas especializadas para manejo de fauna (ex.: apicultores, zoonoses); b) acionamento de órgãos ambientais e de segurança (Corpo de Bombeiros, Polícia Ambiental, Ibama).
13	Disponibilizar água potável ao público (de qualidade / fresca / em volume adequado) em shows, jogos e eventos, especialmente aqueles expostos ao calor em períodos de altas temperaturas. Deverá ser assegurado o fornecimento gratuito e/ou o acesso de pessoa portando água potável, considerando as disposições da Lei Municipal nº 9063/05, alterada pela Lei Municipal nº 11.745/24 e as seguintes orientações: I - Acesso com Recipientes Próprios a) Permitir o acesso de pessoas portando garrafas ou recipientes contendo água potável; b) Para garantir a segurança e a integridade física dos participantes, fixar e comunicar claramente os tipos de materiais permitidos para esses recipientes. II - Oferta Gratuita em 'ilhas de hidratação' a) O acesso com recipientes contendo água poderá ser vedado caso sejam disponibilizados pontos de fornecimento de água potável de forma gratuita (ilhas de hidratação); b) Sinalizar de forma clara, legível e em locais visíveis as ilhas/pontos de hidratação gratuitas. c) A distribuição deve ocorrer por meio de bebedouros e/ou entrega de embalagens lacradas com água adequada para consumo. d) A quantidade de bebedouros/pontos de distribuição deve ser compatível com a capacidade e a lotação do evento, garantindo um fluxo contínuo e rápido de atendimento. e) Recomenda-se que as ilhas de hidratação e bebedouros sejam implantados mesmo com a permissão do acesso de garrafas e recipientes contendo água. III - Localização e Facilidade de Acesso a) A água potável gratuita e os pontos de venda de bebidas e alimentos devem ser dispostos em regiões estratégicas, amplas e de fácil visualização e acesso a todos os presentes, priorizando a proximidade a áreas de maior concentração de público e exposição ao calor. Em eventos expostos ao calor ou em períodos de altas temperaturas, a distribuição de água potável e a manutenção dos pontos de hidratação devem ser reforçadas e priorizadas para evitar a desidratação e garantir a saúde do público. IV - Durante todo o período de abertura da esplanada, independentemente da realização de eventos, deverá ocorrer a disponibilização de água potável gratuitamente, por meio de bebedouros ou estrutura similar, em local visível e de fácil acesso aos frequentadores.
14	As áreas permeáveis do empreendimento correspondem ao total de 47.701,70 m ² , equivalente a cerca de 41% de taxa de permeabilidade, e devem ser mantidas vegetadas com gramíneas e espécies arbustivas e arbóreas. Sua diminuição está sujeita à penalidade prevista no item 8 do anexo XVI, da Lei Municipal nº 11.181/19. Deve-se manter o controle de acessos e pisoteio nas áreas ajardinadas.
15	Restringir visitação pública na área da Reserva Particular Ecológica - RPE, assim como não promover formação ou manutenção de pomar e/ou horta.
16	Manter permanentemente medidas preventivas e de combate a incêndio florestal na RPE e Mata dos Morcegos.



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI, e outros...



ANEXO III - RELATÓRIO DE ESTUDO AMBIENTAL – REA

REA Nº 2609/25

ITEM	DIRETRIZES OBRIGATÓRIAS PARA FUNCIONAMENTO
17	Manter operacional as medidas de sustentabilidade: a) sistema de aproveitamento de água pluvial; b) uso de vasos sanitários com bacias acopladas de duplo acionamento; c) uso de lavatórios com torneiras de acionamento automático e aeradores; d) utilização de lâmpadas de LED; e) utilização de temporizadores para dispositivos de iluminação, eles fotoelétricos ou sensores de presença; f) priorização de equipamentos com selo PROCEL, Categoria A; g) Projeto Energia do Galo, que consiste na adesão gratuita dos sócios-torcedores ao modelo de energia fotovoltaica; h) utilização de 100% de energia de fontes renováveis através de mercado livre.
18	Disponibilizar equipe de brigadistas, atuando em regime de plantão durante todo o período de funcionamento da esplanada e em dias de jogo/evento, em especial: a) Manutenção de protocolos operacionais para combate a princípios de incêndio, atendimento de primeiros socorros e evacuação emergencial. b) Instalação e manutenção de extintores, hidrantes, sinalização de rotas de fuga e iluminação de emergência em conformidade com normas técnicas vigentes.
19	Executar o Plano de Serviços de Limpeza, Coleta Seletiva e Destinação dos Resíduos da Área do Entorno, conforme aprovação da SLU.
20	a) O sistema de armazenamento de resíduos deverá ser mantido dentro das condições construtivas e de funcionamento conforme aprovado no PGRSE/PGRSS, no processo de licenciamento e de acordo com as normas da SLU. Os abrigos aprovados não podem ser utilizados para outras finalidades. b) Deverão ser garantidas as condições de organização, limpeza, segregação dos resíduos, acondicionamento e armazenamento de resíduos conforme legislação e Planos aprovados. c) Dentro dos abrigos somente poderão ser armazenados os equipamentos e os resíduos aprovados para cada abrigo. Não é permitida a guarda de outros materiais e equipamentos adversos aos Planos aprovados. d) Deverá ser mantida a segregação de resíduos comuns recicláveis e encaminhados para Associações ou Cooperativas de Catadores com a finalidade da reciclagem em conformidade com a Lei Federal nº 12.305/10 e disposições aprovadas no licenciamento. e) A operação do empreendimento será monitorada pelos agentes e fiscais da PBH, e, caso alguma desconformidade seja detectada, o empreendimento estará sujeito às sanções cabíveis previstas na legislação.
21	Obter previamente e executar o Documento Operacional de Trânsito - DOT a cada jogo/evento. Deverá ser apresentada a documentação pertinente, com antecedência mínima de 10 dias úteis, para análise e aprovação da SMMUR/BHTRANS, junto à Gerência de Apoio Operacional Noroeste Pampulha - GARNP. Cumprir todas as determinações da Portaria BHTRANS nº 036/2007, especialmente com a adoção das medidas do DOT que é obrigatório para todos os tipos de complexidade de eventos. O DOT será elaborado em função da tipologia: para jogos ou eventos; e em função do alcance de público: até 10 mil pessoas, entre 10 mil e 25 mil pessoas e maior que 25 mil pessoas. Considerando o impacto a ser gerado na área de abrangência, a SMMUR/BHTRANS poderá, a seu critério, modificar a forma e/ou requisitos para apresentação do DOT, ou mesmo excluir a necessidade de sua implantação quando julgar oportuno.
22	Manter a disponibilização da venda das vagas de estacionamento, antecipadamente, junto com os ingressos.
23	Garantir que não haja uso de fogos de artifício com estampidos nas dependências do empreendimento, inclusive em eventos realizados na esplanada, independente do horário de realização, nos termos da Lei Municipal nº 11.400/22. No caso de uso de outros tipos de fogos permitidos, como aqueles que produzem efeitos visuais, sem estampido, deve-se obter e manter guarda da autorização específica da Polícia Civil de Minas Gerais - PCMG.



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI, e outros...



ANEXO III - RELATÓRIO DE ESTUDO AMBIENTAL – REA

REA Nº 2609/25

ITEM	DIRETRIZES OBRIGATÓRIAS PARA FUNCIONAMENTO
24	Comunicar com no mínimo 10 dias de antecedência a agenda de eventos aos órgãos operacionais de monitoramento: Polícia Militar, Polícia Civil Rodoviária, Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, SMMUR, SUFIS e SLU.
25	Observar e atender todas as determinações do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - CBMMG, Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG, Guarda Municipal e demais autoridades, na realização de jogos/eventos. Especialmente, manter guarda da documentação comprobatória da anuência do CBMMG, conforme regras estabelecidas nas Instruções Normativas CBMMG cabíveis.
26	Para eventos com público estimado superior a 10.000 pessoas, dispor no local de ambulâncias, conforme exigências do CBMMG.
27	Obter e manter no local autorização específica emitida pelo órgão municipal responsável pela política de mobilidade no caso de uso de carro de som, mini trio elétrico, trio elétrico ou similar.
28	Obter e manter no local anuência do órgão responsável pelo controle do espaço aéreo no caso utilização de drone, estruturas, equipamentos ou projeção de imagem ou luz que ultrapassem os limites de altimetria estabelecidos para o local.
29	Para eventos com público superior a 1.000 pessoas, obter e manter no local comunicados do evento à Secretaria Municipal de Saúde - SMSA e a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMIG, acompanhados do comprovante de recebimento.
30	Dispor de, no mínimo, 3% do total de assentos para pessoa obesa, com dimensões mínimas de 40cm de profundidade por 90cm de largura, em conformidade com a Lei Municipal nº 8.175/01 e Decreto Municipal nº 10.801/01.
31	Dispor de sistema eletrônico de alarme sonoro e luminoso e detector de gás liquefeito de petróleo e similares, caso o estabelecimento faça uso desse tipo de combustível (Lei nº 10.270, de 2011, artigo 1º).
32	Obter e manter no local Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, que poderá ser Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, nas hipóteses legalmente previstas, para realização das atividades: a) execução e montagem de palco, arquibancadas, tabladros, palanque e estruturas similares, com altura maior que 50cm ou área superior a 30m²; b) execução e montagem de coberturas com estrutura própria com área superior a 30m² ou tendas com área superior a 150m²; c) execução e montagem de arquibancadas, pórticos, telões de led, blimps ou boxtruss e outras estruturas de grande porte; d) instalações elétricas provisórias especiais de iluminação de palco, de equipamentos sonoros e de similares ou instalação de gerador de energia; e) instalação de brinquedos mecânicos e eletromecânicos; f) instalação de estruturas infláveis de grande porte; g) utilização de fogos e de artefatos explosivos ou combustíveis para produzir luzes, gases, fumaça, calor ou som.
33	Atender as diretrizes gerais constantes do Alvará de Localização e Funcionamento – ALF, em especial, para o exercício das atividades: a) CNAE 9311500-01: Gestão de estádios esportivos - Grupo III b) CNAE 9003500-02: Casas de shows e espetáculos - Grupo III c) CNAE 8230001-04: Gestão de espaços para exposição de feiras - Grupo III
34	Dispor de responsável presente no local em qualquer tipo de jogo/evento, com as documentações necessárias em caso de fiscalização.



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI, e outros...



ANEXO IV - RELATÓRIO DE ESTUDO AMBIENTAL – REA

REA Nº 2609/25

ORIENTAÇÕES PARA EXECUÇÃO DO PLANO DE MONITORAMENTO E CONTROLE SONORO

O escopo do Plano de Monitoramento e Controle Sonoro deverá observar no mínimo as disposições detalhadas abaixo.

- a) Implantação de um sistema de monitoramento em tempo real durante os eventos musicais, contemplando:
- Monitoramento contínuo, iniciando uma hora antes do evento e finalizando uma hora depois de seu término;
 - Acesso aos dados em tempo real via web pelo empreendedor e SUFIS/SMMA, com envio de alertas por e-mail, SMS, pela interface web ou outros recursos similares;
 - Armazenamento e segurança dos dados em nuvem;
 - Para shows musicais o medidor sonoro deve estar posicionado preferencialmente no centro do gramado (e/ou junto ao técnico de PA/operador de áudio) e direcionado para o palco. Caso não seja tecnicamente viável o posicionamento nos locais indicados, deverá ser apresentada alternativa devidamente justificada.
- b) Gravação do áudio captado e acesso em tempo real durante as medições para cada ponto monitorado.
- c) Utilização de, no mínimo, 3 medidores nos receptores (também com monitoramento em tempo real) posicionados no entorno do estádio, localizados de preferência no passeio contíguo às residências mais próximas e/ou nos receptores considerados sensíveis (escolas, creches, hospitais, entre outros, nos termos do Art. 4º, § 6º, da Lei Municipal nº 9505/08).
- d) Apresentação de croqui de localização e justificativa para escolha dos pontos de monitoramento. Alerta-se que posteriormente a SMMA poderá solicitar alteração dos pontos, caso não se configurem como a melhor opção.
- e) O horário para a realização de eventos musicais no interior do estádio seja limitado à até as 00:00h às sextas, sábados, domingos e vésperas de feriados e até às 23:00h nos demais dias. Alerta-se que esses períodos poderão ser alterados posteriormente, a critério da SMMA, dependendo dos resultados dos monitoramentos.
- f) Indicação de um responsável e seu contato direto (ex: celular) durante eventos, para que a SMMA/SUFIS encaminhe em tempo real suas solicitações/observações.
- g) A disponibilização de um canal de comunicação com a SUFIS/SMMA para compartilhamento das reclamações (que forem encaminhadas pela população), 24 horas após o evento.
- h) Concomitante ao monitoramento, deve ser prevista a realização de pesquisa de percepção sonora dos residentes próximos de cada ponto monitorado e avaliação do conforto acústico, para permitir uma análise comparativa com os resultados obtidos.
- i) Facultar as associações de bairro do entorno o acompanhamento do sistema de monitoramento em tempo real durante os eventos e de outras medidas adotadas.
- j) Deverão ser encaminhados à SMMA relatórios bimestrais contemplando todos os eventos/monitoramentos realizados no período, contendo, no mínimo:
- Croqui georreferenciado de posicionamento do(s) palco(s) e fontes sonoras demonstrando a direção predominante de propagação das ondas sonoras;
 - Descrição dos equipamentos utilizados (sonômetro, calibrador sonoro, microfone e certificados de calibração - verificar requisitos da ABNT NBR 10151:2019 e sua Errata 1:2020, seção 5);
 - Normas técnicas aplicáveis;
 - Mapa digital e KML contemplando pontos de monitoramento com sobreposição de imagem (via satélite) em escala suficiente para análise da SMMA utilizando coordenadas;
 - Arquivo contendo a gravação do áudio captado durante as medições para cada ponto monitorado;
 - Apresentação de resultados em tabelas e gráficos em formato Excel (.xls);
 - Análise conclusiva.

Observação: Deverão ser seguidas as orientações constantes do roteiro "Orientação Técnica para Laudo Técnico de Avaliação de Emissões Sonoras (Operação)", disponível em: <https://smma.pbh.gov.br>, aba Documentos para Download, aba Roteiros Técnicos.



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI, e outros...



ANEXO V - RELATÓRIO DE ESTUDO AMBIENTAL – REA

REA Nº 2609/25

ORIENTAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE PERCEPÇÃO SOCIOAMBIENTAL

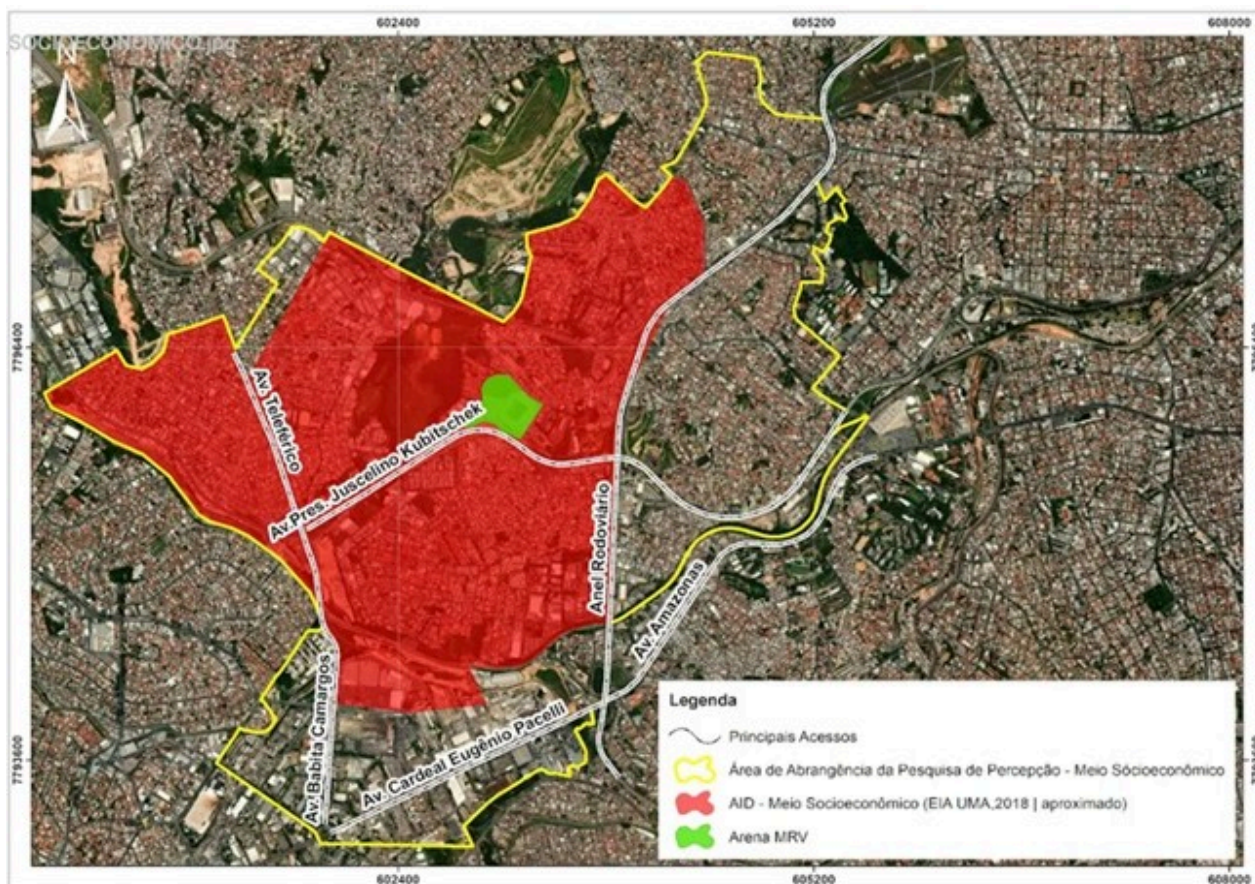
A pesquisa de percepção deverá ser desenvolvida considerando, no mínimo, os itens, a seguir:

1 Foco

A pesquisa tem como objetivo a identificação dos **impactos decorrentes do funcionamento provisório do empreendimento** e da operação (com início na emissão da LO até a data da realização da pesquisa) a partir da percepção e avaliação da população da Área de Influência Direta – AID (e demais bairros afetados), além de aproximar da forma como se dão os usos e apropriações dos espaços da Arena.

2 Área de abrangência

A pesquisa deverá ser realizada no próprio local do empreendimento, na Área de Influência Direta – AID (versão EIV, 2018), além dos seguintes bairros: Conjunto Califórnia I, Dom Bosco, João Pinheiro, Vila João Pinheiro, Alto dos Pinheiros, Oeste, Vila Oeste e parte do Cidade Industrial (Contagem). Ver figura 01.



3 Público alvo

Residentes e comércios/prestação de serviços; organizações sociais; frequentadores/visitantes da Arena (Esplanada e jogos/eventos); usuários dos equipamentos públicos implantados na Esplanada; e transeuntes (pedestres e motoristas) das principais vias de acesso à região do empreendimento.





ANEXO V - RELATÓRIO DE ESTUDO AMBIENTAL – REA

REA Nº 2609/25

ORIENTAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE PERCEPÇÃO SOCIOAMBIENTAL

4 Definição da amostra

4.1. A pesquisa deverá ser realizada por meio da metodologia **quantitativa** (aplicação de questionários) a partir do estabelecimento de uma amostra proporcional do universo pesquisado, dotada de relevância estatística, para cada grupo pesquisado:

Grupo 01	Residentes (população residente dos domicílios particulares permanentes)
Grupo 02	Não Residentes (comércio/prestação de serviços etc.)
Grupo 03	Frequentedores (frequentedores/visitantes do Arena Multiuso em dias de jogos/eventos e da Esplanada)
Grupo 04	Transeuntes (pedestres, usuários do transporte coletivo e motoristas de veículos particulares)
Grupo 05	Usuários dos equipamentos públicos implantados na Esplanada

4.1. 1. Apresentar memória de cálculo para os **Grupos 01, 02 e 03**.

4.1.2. Para o **Grupo 04**: (apresentar metodologia utilizada para definição e abordagem do público).

Para isso, considerar as pessoas que estejam transitando a pé nos arredores do empreendimento em dias de jogos/shows, os usuários de transporte público (usar, por exemplo, pontos de embarque e desembarque de transporte público das principais vias de acesso à região do empreendimento em dias úteis e em horários aproximados dos horários de jogos/eventos). Para os motoristas de veículos particulares, utilizar, por exemplo, locais de estacionamentos da região, dentre outras possibilidades, desde que esteja assegurada a segurança dos entrevistadores e entrevistados.

4.1.3. Para o **Grupo 05**, a pesquisa deverá ser realizada com o máximo de pessoas possível que esteja disponível e se voluntarie para respondê-la.

4.2. É importante que as entrevistas sejam bem distribuídas pela área de abrangência da pesquisa, contemplando, necessariamente: os moradores e comerciantes/prestadores de serviços do entorno imediato do local de intervenção (lateral, fundo e frontal), bem como os moradores/comerciantes localizados nas principais vias de acesso ao empreendimento e que estejam dentro da área de abrangência e aqueles localizados nas imediações dos acessos ao Metrô Eldorado.

4.3. Para a pesquisa **qualitativa** (entrevista semiestruturada) com o **Grupo 6 - Organizações Sociais** (lideranças comunitárias, associações de moradores, movimentos sociais, dentre outras), deverão ser realizadas entrevistas **com pelo menos um representante de cada bairro abrangido**.

5 Abordagem e material gráfico de apoio

A pesquisa deverá ser realizada mediante a entrega e leitura de material gráfico de apoio para os entrevistados. O material (folder, panfleto etc.) deverá conter as principais informações sobre o empreendimento, declaração de Interesse Social, licenças concedidas, APF, tempo de funcionamento, principais eventos realizados, dias e horários de funcionamento, dentre outras. **Inserir os canais de comunicação do empreendimento.**



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI, e outros...

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.



ANEXO V - RELATÓRIO DE ESTUDO AMBIENTAL – REA

REA Nº 2609/25

ORIENTAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE PERCEPÇÃO SOCIOAMBIENTAL

6 Roteiro da entrevista

Os instrumentos de coleta de dados (questionário e roteiro para a entrevista semiestruturada) deverão contemplar de forma objetiva, pelo menos:

- a) Perfil socioeconômico do entrevistado. Para os representantes de organizações sociais, coletar ainda, dados sobre o endereço, a natureza e o tempo de atuação da organização/associação.
- b) Aspectos relacionados ao grau de conhecimento acerca do empreendimento: sobre o funcionamento provisório, sobre a declaração de Interesse Social e, ainda, sobre o grau de ciência de que determinado impacto pode estar relacionado aos jogos/eventos realizados no empreendimento.
- c) Percepção sobre os impactos gerados pelo funcionamento provisório do empreendimento na vizinhança, no que diz respeito aos aspectos, abaixo relacionados, e ao grau de desconforto:
 - Trânsito
 - Mobilidade e acesso para veículos e pedestres
 - Segurança no caminhar de pedestres nas proximidades do empreendimento
 - Ruído/poluição sonora
 - Vibração
 - Vagas de estacionamento nas vias públicas da área de abrangência
 - Transtornos ocasionados pela grande atração de pessoas
 - Resíduos nas vias públicas
 - Cheiro de urina nas vias públicas
 - Dentre outros impactos identificados
- d) Alteração na rotina do entrevistado e na dinâmica do bairro/região em função da agenda de jogos/eventos, considerando, ainda, o tipo de evento e dia e horário de sua realização.
- e) Valorização/desvalorização do imóvel após implantação, funcionamento provisório do empreendimento/operação.
- f) Percepção quanto ao cenário de forma geral da região antes e após a implantação e funcionamento provisório/operação do empreendimento.
- g) Sugestões de melhoria e/ou redução dos impactos identificados.
- h) Formas de usos e apropriações dos espaços e atividades ofertadas na Arena Multiuso e Esplanada e avaliação sobre a estrutura e acessos aos espaços. Principais modais de transporte utilizados. Uso e acesso aos equipamentos públicos (Saúde e Educação) implantados na Esplanada, bem como as facilidades e dificuldades de deslocamento para esta finalidade.
- i) Forma como toma conhecimento sobre a realização de jogos/eventos na Arena Multiuso.
- j) Forma como toma conhecimento sobre as atividades gratuitas ofertadas na Esplanada e no espaço do "Teatro/Sala de Imprensa".
- k) Indicação das melhores formas de comunicação com o entrevistado/vizinhança/usuários.

7 Organização dos dados e materiais

- a) Os dados coletados deverão ser consolidados/tabulados, comparados e analisados, separadamente, para cada grupo contemplado e, ainda, análise comparativa entre eles. Para a primeira pesquisa, é importante, ainda, que os dados relativos à vizinhança (Grupos 01 e 02) da AID sejam apresentados, separadamente, dos dados relativos ao conjunto dos demais bairros incluídos na área de abrangência da pesquisa (Ver item 2).
- b) As respostas das perguntas abertas, sempre que possível, devem ser agrupadas e categorizadas.
- c) Deverão ser apresentados como anexo da análise da pesquisa: cópia do material gráfico de apoio utilizado, lista de entrevistados (Tipo de grupo e contato), cópia dos questionários e das entrevistas semiestruturadas, consolidação das respostas e mapa de localização das entrevistas.



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI, e outros...



ANEXO V - RELATÓRIO DE ESTUDO AMBIENTAL – REA

REA Nº 2609/25

ORIENTAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE PERCEPÇÃO SOCIOAMBIENTAL

8 Bloco de perguntas exclusivo para o Grupo 04 – Transeuntes

O grupo deverá responder apenas este bloco de perguntas. Considerando que o tempo de aplicação do questionário será curto devido ao tipo de público e condições para realizá-lo, as entrevistas com o Grupo 04 deverão contemplar, pelo menos, os seguintes aspectos:

- a) Identificação e dados socioeconômicos: gênero, idade, escolaridade e bairro de moradia.
- b) Meio de transporte utilizado.
- c) Origem e destino do deslocamento.
- d) Motivação do deslocamento.
- e) Tempo médio para o deslocamento em dia típico do local onde está sendo realizada a pesquisa até o destino do entrevistado.
- f) Tempo médio para o deslocamento em dia típico do local onde está sendo realizada a pesquisa até o destino do entrevistado, **em dias de jogos/eventos na Arena Multiuso.**
- g) Alteração na rotina do entrevistado e na dinâmica do bairro/região em função da agenda de jogos/eventos.
- h) Percepção quanto às mudanças no trânsito e sistema viário em dias de jogos/eventos na Arena Multiuso.
- i) Reforço quanto aos canais de comunicação para **registros de reclamações/esclarecimentos** de dúvidas do empreendimento.

9 Bloco de perguntas exclusiva para o Grupo 05 - Usuários dos equipamentos públicos implantados na Esplanada

As entrevistas realizadas com o **Grupo 05** deverão contemplar, os quesitos do item 6, além dos aspectos, listados, a seguir, compatibilizando, quando necessário, aqueles que guardam semelhanças entre si, para otimizar o tempo de aplicação do questionário.

A pesquisa deverá tentar identificar as principais facilidades e dificuldades vivenciadas pelos usuários no deslocamento de seu lugar de origem até o local dos equipamentos (Esplanada). Para isso, deverão ser pesquisados, pelo menos:

- a) A frequência de utilização dos equipamentos.
- b) Os principais meios de transporte utilizados.
- c) As principais rotas utilizadas considerando: origem e caminharmento para acesso aos equipamentos para todos os modais utilizados.
- d) Para as rotas percorridas e meios de acesso/transporte utilizados, investigar o grau de (in)segurança vivenciado pelos entrevistados ao fazer o deslocamento.
- e) Percepção sobre as facilidades e dificuldades de acesso aos equipamentos.
- f) Sugestões sobre o que pode ser feito para melhorar o acesso aos equipamentos.
- g) Perguntar se o entrevistado tem ciência e a forma como toma conhecimento sobre a realização de atividades gratuitas ofertadas pelo empreendimento.
- h) Perguntar se o entrevistado tem conhecimento de que pode utilizar e se utiliza vaga de estacionamento gratuito ao realizar atividades nos equipamentos públicos da Esplanada.
- i) Perguntar se o entrevistado tem conhecimento de que os equipamentos públicos existentes na Esplanada fazem parte do conjunto de ações que caracterizaram e enquadraram o empreendimento como de Interesse Social.



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI, e outros...



ANEXO VI - RELATÓRIO DE ESTUDO AMBIENTAL – REA

REA Nº 2609/25

ORIENTAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – PCS

1 OBJETIVO

O Programa de Comunicação Social – PCS tem como objetivo a promoção e manutenção do diálogo, da transparência e divulgação contínua de informações atualizadas acerca da operação do empreendimento, além de manter um canal de comunicação para recebimento e tratativa de esclarecimentos de dúvidas, reclamações e sugestões da comunidade do entorno e da população de forma geral.

Para isso, a elaboração do programa deverá considerar os dados levantados no Diagnóstico Socioambiental, especialmente, do meio antrópico; a identificação e atualização da existência de atores sociais da Área de Influência Direta – AID; os resultados das pesquisas de percepção socioambiental; a matriz de impactos e medidas mitigadoras; dentre outros estudos apresentados para o requerimento da Licença Prévia e atualizados para a fase de Licença de Instalação, assim como a análise crítica sobre a implementação do Programa de Comunicação durante o período de obras, com especial atenção às demandas e devolutivas da população do entorno e, ainda, as ações de comunicação executadas durante o funcionamento provisório do empreendimento.

Ressalta-se que o resultado da Pesquisa de Percepção Socioambiental a ser realizada, deverá ser utilizada para a atualização contínua do programa, já que o mesmo tem caráter dinâmico e abrangente.

2 ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Considerando os impactos provenientes da operação do empreendimento, a área de abrangência corresponde, em primeiro lugar, à toda extensão da Área de Influência Direta – AID para o meio socioeconômico, especialmente a população localizada no entorno imediato. Tendo em vista a projeção e o alcance dos eventos a serem realizados tanto na Arena Multiuso quanto na Esplanada, a comunicação deverá, ainda, ser direcionada para a população de forma geral.

3 PÚBLICO ALVO

População residente, comércio/prestação de serviços e demais atores sociais da Área de Influência Direta – AID, usuários, visitantes e a sociedade de forma geral.

4 AÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS

4.1 Público externo (vizinhança):

a) Criação e manutenção de canal de comunicação direto com a vizinhança: telefone, e-mail e, atendimento presencial, inclusive com plantão durante os jogos/eventos. Os canais de comunicação deverão ser amplamente divulgados, publicizados no site oficial e redes sociais do empreendimento e nos materiais gráficos (digitais e impressos), sempre que utilizados.

b) Registro, monitoramento e avaliação dos atendimentos de reclamações/sugestões e esclarecimentos de dúvidas, recebidos pelos canais de comunicação e suas tratativas.

c) Implantação e manutenção de **placas de divulgação dos canais de comunicação/reclamação** em todas as fachadas da sede e permitir que sejam visíveis e legíveis ao pedestre a partir do logradouro público ou das passagens demarcadas para pedestres. Para isso, devem ter dimensão mínima de 50x70cm e estarem contidas integralmente na faixa compreendida entre 1,10 m e 2,40 m de altura a partir do nível da calçada; sustentadas por equipamento adequado. A comprovação da implantação das placas deverá ser encaminhada no 1º relatório de comprovação das ações a ser emitido.



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI, e outros...



ORIENTAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – PCS

Modelo de placa:

ATENDIMENTO AOS
VIZINHOS

EMPREENDIMENTO INSERIR NOME DO
EMPREENDIMENTO

PARA INFORMAÇÕES, RECLAMAÇÕES E SUGESTÕES, ENTRE EM CONTATO COM NOSSOS CANAIS DE
COMUNICAÇÃO:

TELEFONE: TELEFONE EXCLUSIVO DO CANAL DE COMUNICAÇÃO

E-MAIL: E-MAIL EXCLUSIVO DO CANAL DE COMUNICAÇÃO

FALE COM A PBH
DISQUE: 156
WWW.PBH.GOV.BR

d) Reuniões com a comunidade a serem realizadas com **periodicidade bimestral nos dois primeiros anos e após, de forma trimestral**. Poderá haver alteração da periodicidade a partir da demanda da comunidade e avaliação da equipe técnica da SMMA. Deverão ser mobilizados para a reunião: moradores, associações de bairro, lideranças comunitárias, comerciantes, representantes de equipamentos públicos locais, movimentos sociais do território, dentre outros. Além destes, considerar outros atores e instituições a depender da pauta da reunião. As reuniões deverão contar com momentos para escuta qualificada, apresentação dos programas e ações a serem desenvolvidos pelo empreendimento para conhecimento e acompanhamento, além de pautar temas levantados pela equipe executora e aqueles sugeridos pelos participantes.

e) Criação de uma **Comissão Participativa para Acompanhamento da Operação do empreendimento** com participação de representantes da Arena, moradores e comerciantes do entorno do empreendimento, além de lideranças e representantes das associações de bairro, dentre outros atores. O objetivo da comissão é possibilitar o fluxo rápido de informações e demandas entre os atores envolvidos a fim de minimizar/resolver transtornos e eventuais conflitos e potencializar ações e comunicação entre o empreendimento e a comunidade. O funcionamento da comissão deverá ser definido entre o empreendimento e os atores sociais envolvidos, assim como a melhor forma para troca de informações, meios de contato, uso de grupo de WhatsApp, reuniões etc. Recomenda-se que a formação da comissão seja feita a partir da primeira reunião a ser realizada com a comunidade.

f) Disponibilizar, mensalmente, em pontos estratégicos da vizinhança (pontos comerciais, associações de moradores etc. e no próprio empreendimento) a **programação de jogos e eventos do mês**, o que deve ser feito através de mídia impressa (panfletos, cartazes etc.), além de digital. O material deve ter caráter informativo, abordando horário de início e término dos eventos e as informações sobre o canal de atendimento aos vizinhos. **Ressalta-se que para os materiais impressos que serão distribuídos, as informações não devem ter caráter publicitário e o material deve informar que trata-se de atendimento de condicionante de licenciamento ambiental.**



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI, e outros...



ANEXO VI - RELATÓRIO DE ESTUDO AMBIENTAL – REA

REA Nº 2609/25

ORIENTAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – PCS

g) Quando houver alteração no Calendário de jogos/eventos: **a divulgação dos eventos não previstos no mês deverá ser feita em até 48h antes de sua realização**, nos canais de comunicação diretos como WhatsApp (Comunicação do Arena e grupos das Associações dos bairros vizinhos ao empreendimento), site oficial, redes sociais e, ainda, por meio de folheto impresso, distribuído na vizinhança do entorno. **Ressalta-se que para os materiais impressos que serão distribuídos, as informações não devem ter caráter publicitário e o material deve informar que trata-se de atendimento de condicionante de licenciamento ambiental.**

4.2 Público externo (população de forma geral):

- a) Divulgação e comunicação: promover a veiculação de mensagem informativa sobre os horários de todos os jogos e eventos com antecedência dos mesmos, de modo a informar a população que trafega no entorno, sobre eventuais interdições, aumento de fluxo e/ou vias que devem ser
- b) Realização de campanhas educativas previstas no item 4.3.2.
- c) A divulgação deverá ser feita em grandes veículos de comunicação (rádio, televisão etc.) para maior alcance da população.

4.3 Público: usuários/visitantes:

4.3.1.Divulgação:

- a) Disponibilizar no site oficial o calendário de jogos/eventos e ficha técnica consolidada sobre cada evento.
- b) Atender as orientações da SUMMUR/BHTRANS relativas à comunicação e divulgação de informações acerca do trânsito e transporte em dias de jogos/eventos.
- c) Divulgar de forma expressiva, as informações sobre transporte gratuito para o deslocamento dos torcedores da Estação Eldorado até a Arena Multiuso e vice-versa.
- d) Divulgar a informação de que a venda de vagas de estacionamento é feita antecipadamente junto com os ingressos.
- e) Realizar campanhas de incentivo ao uso de transporte coletivo (ônibus e metrô), conforme especificações do Plano de Incentivo ao Uso de Transporte Coletivo.

4.3.2. Campanhas educativas

- a) Divulgação de campanhas educativas e de conscientização no site oficial, redes sociais, telões da Arena e na Rádio Esplanada.
- b) Realização de campanhas educativas e de conscientização junto aos usuários/visitantes relativas aos impactos e transtornos causados à vizinhança em função da grande atração de pessoas como, por exemplo: o descarte inadequado de resíduos dentro e fora da Arena; o ruído produzido no entorno da Arena e as formas de minimizar os incômodos à comunidade; a disponibilização de banheiros químicos, sua localização e a necessidade de sua correta utilização (legislação aplicável) etc.
- c) Realização de campanhas de conscientização, prevenção e combate às mais variadas formas de preconceito, discriminação e violência: violência de gênero, discriminação racial, importunação sexual, homofobia, xenofobia, etarismo, capacitismo e demais formas de preconceito e discriminação que venham a ser identificadas. Divulgar orientações de como realizar denúncias de ocorrências no estádio e na Esplanada.
- d) Realização de campanhas educativas e de conscientização com temáticas sociais relevantes para sensibilização do público, elencadas pela equipe de comunicação do empreendimento e aquelas sugeridas nas reuniões com a comunidade.
- e) Realização de campanhas com temáticas ambientais a serem compatibilizadas com o Programa de Educação Ambiental – PEA, incluindo, dentre outras, campanhas de preservação da RPE e da Mata dos Morcegos.



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI, e outros...



ANEXO VI - RELATÓRIO DE ESTUDO AMBIENTAL – REA

REA Nº 2609/25

ORIENTAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – PCS

4.3.3. Orientações gerais

- a) Divulgação dos procedimentos de prevenção contra roubos/furtos de pertences. Informações sobre a localização do posto de achados e perdidos, local de encaminhamento de reclamações, como localizar os seguranças no local etc.
- b) Orientações de evasão, saída do público em caso de sinistros etc.

4.4 Público interno (trabalhadores)

- a) Realização de campanhas educativas previstas no item 4.3.2. e que são pertinentes a este público.
- b) Realização de campanhas educativas sobre temáticas ambientais elencadas pela equipe de comunicação do empreendimento e aquelas sugeridas pelos trabalhadores.
- c) Medidas de sustentabilidade, descarte adequado dos resíduos sólidos, coleta seletiva etc.
- d) Campanhas educativas sobre a preservação da RPE e da Mata dos Morcegos.
- e) Criação e manutenção de um bom relacionamento com a comunidade.
- f) Dentre outras.

5 INTEGRAÇÃO COM DEMAIS PLANOS E PROGRAMAS

a) Equipamentos sociais:

Realizar divulgação, de maneira contínua e permanente, das ações previstas no “Plano de Utilização do espaço denominado “Teatro” pela comunidade do entorno e órgãos públicos”, “Plano de Atividades Esportivas para a comunidade do entorno”, e horários de funcionamento da Esplanada.

b) Educação Ambiental:

Realizar a divulgação de forma contínua e permanente do “Programa de Educação Ambiental – PEA” e demais informações das ações desenvolvidas pelo empreendimento que demandam ser compartilhadas e publicizadas.

c) Trânsito e transporte:

- Manter comunicação contínua com as empresas de transporte por aplicativo a respeito dos pontos de embarque e desembarque, conforme determinado no DOT e divulgar na mídia;
- Divulgar as informações do Plano de Incentivo ao Transporte Coletivo em telões e outros meios disponíveis, inclusive sobre o transporte gratuito oferecido pelo empreendimento e as linhas do Conexão Arena.

d) Realizar divulgação, de maneira contínua e permanente, de que o empreendimento é enquadrado como de Interesse Social.

6 CRONOGRAMA

As ações do PCS deverão ser implementadas de forma permanente, durante a vigência da LO. Deverá ser elaborado cronograma anual e previsão de envio, todos os anos em dezembro, do cronograma do ano subsequente.



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI, e outros...



ANEXO VI - RELATÓRIO DE ESTUDO AMBIENTAL – REA

REA Nº 2609/25

ORIENTAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – PCS

7 EMISSÃO DE RELATÓRIOS PERIÓDICOS

Os relatórios comprobatórios das ações deverão ser encaminhados, periodicamente, para análise do órgão a fim de verificar a necessidade de adequações para sua melhoria e potencialização. Os relatórios deverão conter, pelo menos:

- a) Descrição e análise das ações desenvolvidas no período.
- b) Cópia de todos os materiais das campanhas educativas e informativos utilizados.
- c) Cópia de materiais de divulgação/convite das reuniões com a comunidade.
- d) Cópia de atas das reuniões/treinamentos e listas de presenças.
- e) Cópia de material de apresentação/conteúdo utilizado nas reuniões/encontro com a comunidade e com os trabalhadores.
- f) Registro de reclamações/sugestões e esclarecimentos de dúvidas, recebidos pelos canais de comunicação, com informações sobre seu devido retorno e tratativas realizadas no período, acompanhadas de avaliação.
- g) Registro fotográfico das ações, sempre que possível.

8 EQUIPE TÉCNICA

O PCS deverá ser elaborado e implementado por profissionais com formação na área das ciências humanas, comunicação e afins, qualificados, dotados de experiência compatível com o exercício da função (coordenação e equipe técnica).



Assinante(s):

PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA FRANZONI GROSSI, e outros...